Master em Liderança Pública – MLG / Turma IX

Disciplina: Ajustes e Finalizações do Processo Reflexivo do MLG

Responsáveis: Prof. Dr. Fernando de Souza Coelho e Profa. Dra. Anny Medeiros

MAIORIA NAS URNAS, MINORIA NO PODER:

Como consolidar mais mulheres ocupando espaço na liderança política

Produto Final: Modelo de Mentoria para Ampliação da Participação Feminina na Vida Política Brasileira: Proposta de Intervenção Aplicada

Discentes:

Gabriela Celso, Renato Alves, Manoela Vieira, Taciela

São Paulo - SP, 2026

RESUMO

O presente trabalho propõe um modelo estruturado de mentoria política voltado à ampliação da participação feminina na vida política brasileira. A persistência da sub-representação feminina nas instâncias de poder, com apenas 17,2% de mulheres na Câmara dos Deputados e 18,5% no Senado Federal em 2026, evidencia que os avanços institucionais formais, como cotas eleitorais e financiamento reservado, são condição necessária, mas insuficiente para produzir mudanças estruturais duradouras. A partir do diagnóstico das barreiras estruturais, institucionais, culturais e simbólicas que condicionam as trajetórias políticas das mulheres, e com base em benchmarking de iniciativas nacionais e internacionais, o trabalho desenvolve uma proposta de intervenção aplicada organizada em quatro componentes integrados: desenvolvimento pessoal e liderança política; formação política e institucional; mentoria individual por lideranças experientes; e construção ativa de redes políticas. O modelo é concebido como transpartidário, pluriideológico e estruturado para funcionar como hub articulador do ecossistema de iniciativas já existentes no campo da participação política feminina. Um projeto piloto de seis meses com 20 participantes e 8 mentoras é detalhado operacionalmente, com custo estimado de R$ 290.158,00. O programa, fundamentado na concepção da mentoria como tecnologia institucional de redução de desigualdades, busca contribuir para a construção de trajetórias políticas femininas sustentáveis e para o aprofundamento da democracia brasileira.

Palavras-chave: participação política feminina; mentoria política; sub-representação; liderança feminina; democracia; políticas públicas; gênero e política.

ABSTRACT

This paper proposes a structured political mentoring model aimed at expanding women's participation in Brazilian political life. The persistence of women's under-representation in positions of power, with only 17.2% of women in the Chamber of Deputies and 18.5% in the Federal Senate in 2026, demonstrates that formal institutional advances, such as electoral quotas and reserved funding, are necessary but insufficient to produce lasting structural change. Drawing on a diagnosis of the structural, institutional, cultural, and symbolic barriers that shape women's political trajectories, and on a benchmarking of national and international initiatives, the paper develops an applied intervention proposal organized around four integrated components: personal development and political leadership; political and institutional training; individual mentoring by experienced leaders; and active political network building. The model is conceived as non-partisan, pluralist in ideology, and structured to function as a hub connecting the existing ecosystem of women's political participation initiatives. A six-month pilot project involving 20 participants and 8 mentors is detailed operationally, with an estimated cost of R$ 290,158.00. The program, grounded in the conception of mentoring as an institutional technology for reducing inequalities of access to politics, aims to contribute to the building of sustainable women's political trajectories and to the deepening of Brazilian democracy.

Keywords: women's political participation; political mentoring; under-representation; women's leadership; democracy; public policy; gender and politics.

SUMÁRIO

1. Introdução
2. Diagnóstico do Problema
   2.1 Sub-representação feminina na política brasileira
   2.2 Barreiras estruturais
   2.3 Barreiras institucionais
   2.4 Barreiras culturais e simbólicas
   2.5 Barreiras invisíveis (transversais)
   2.6 Violência política de gênero
   2.7 Síntese do diagnóstico
3. Referencial Analítico
   3.1 Representação política e democracia
   3.2 Participação política e desigualdade de recursos
   3.3 Recrutamento político e seleção de candidaturas
   3.4 Ambição política e socialização de gênero
   3.5 Capital social, redes e mentoria política
4. Benchmarking de Iniciativas Existentes
   4.1 Experiências internacionais
   4.2 Experiências brasileiras
   4.3 Lições para o contexto brasileiro
5. Proposta de Intervenção
   5.1 Objetivo do programa
   5.2 Público-alvo
   5.3 Estrutura do programa de mentoria
   5.4 Duração e formato do programa
   5.5 Governança institucional
   5.6 Indicadores de monitoramento e impacto
   5.7 Orçamento estimado
6. Análise de Viabilidade e Riscos
   6.1 Teoria da Mudança do Programa
   6.2 Projeto Piloto

6.3 Viabilidade institucional e política
6.4 Estrutura operacional da mentoria
6.5 Riscos e estratégias de mitigação
6.6 Viabilidade do Programa
7. Conclusão
Referências
Anexo A – Projeto Piloto: Estrutura Operacional e Orçamento
Anexo B – Ementas do Programa de Mentoria
Anexo C – Guia Operacional do Facilitador

1. Introdução

A participação política das mulheres constitui uma dimensão central para a qualidade das democracias contemporâneas. Embora o sufrágio universal tenha sido formalmente consolidado em grande parte do mundo ao longo do século XX, a igualdade de direitos políticos não se traduziu automaticamente em igualdade de acesso aos espaços de poder e decisão. A persistência de padrões de sub-representação feminina em parlamentos, governos e partidos políticos evidencia que a cidadania formal não garante, por si só, a inclusão substantiva de grupos historicamente excluídos das arenas decisórias (PAXTON; HUGHES; GREEN, 2007).

No Brasil, esse descompasso manifesta-se de maneira particularmente evidente. As mulheres representam 51,5% da população brasileira, segundo o Censo Demográfico de 2022, e constituem também a maioria do eleitorado nacional, com 52,47% das pessoas aptas a votar nas eleições recentes (IBGE, 2025; TSE, 2024a). Apesar disso, sua presença nas instâncias representativas permanece limitada. Dados da União Interparlamentar indicam que, em fevereiro de 2026, o Brasil registrava 17,2% de mulheres na Câmara dos Deputados e 18,5% no Senado Federal, percentual inferior ao observado em diversos países da América Latina e ainda distante de configurações paritárias (IPU, 2026). Esse cenário revela uma tensão estrutural entre maioria demográfica e minoria institucional, evidenciando que o sistema político brasileiro ainda converte de maneira imperfeita a cidadania formal das mulheres em poder político efetivo.

A literatura especializada demonstra que a sub-representação feminina na política não pode ser atribuída a um único fator. Ao contrário, trata-se de um fenômeno multifacetado que resulta da interação entre estruturas sociais, regras institucionais e normas culturais que moldam o funcionamento da política. Estudos comparativos indicam que a presença das mulheres em cargos eletivos varia conforme o desenho do sistema eleitoral, os mecanismos de recrutamento partidário, a distribuição de recursos de campanha, as oportunidades de socialização política e os padrões socioculturais de gênero que definem expectativas sobre liderança e autoridade (PAXTON; HUGHES; GREEN, 2007; WÄNGNERUD, 2009).

No contexto brasileiro, os partidos políticos desempenham papel particularmente relevante nesse processo. Como demonstrado por Araújo (2005), as organizações partidárias operam como instâncias centrais de mediação entre sociedade e representação política, sendo responsáveis por identificar lideranças, selecionar candidaturas e distribuir recursos materiais e simbólicos necessários à competição eleitoral. Nesse sentido, a baixa presença feminina nos parlamentos não pode ser compreendida apenas como resultado de preferências eleitorais, mas também como produto de dinâmicas internas de recrutamento e apoio político que frequentemente reproduzem hierarquias de gênero presentes na sociedade.

Nas últimas décadas, o Brasil implementou avanços institucionais relevantes com o objetivo de ampliar a participação feminina na política. Um marco conquistado foi a reserva de vagas para a participação feminina nos cargos proporcionais (deputados e vereadores), em 1997, com a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997). Já em 2009, a Lei nº 12.034 (primeira minirreforma eleitoral) tornou obrigatório que cada partido ou coligação preencha o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Em 2015, mais uma legislação foi criada, a lei nº 13.165, que determinou que as legendas utilizassem 20% do seu tempo de propaganda gratuita no rádio e na TV para incentivar a participação feminina na política. A mesma norma tornou obrigatória, em ano eleitoral, a campanha do TSE para estimular a candidatura de mulheres. Em 2022, a Emenda Constitucional nº 117 alterou o artigo 17 da Constituição Federal para garantir que os partidos políticos apliquem, no mínimo, 30% dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (Fundo Eleitoral) em candidaturas de mulheres, além de destinar 5% para programas de incentivo à participação feminina.(BRASIL, 1997; TSE, 2018). Mais recentemente, a Lei nº 14.192/2021 introduziu mecanismos específicos de prevenção e combate à violência política contra a mulher, reconhecendo juridicamente um fenômeno que vinha sendo amplamente denunciado por pesquisadoras e organizações da sociedade civil (BRASIL, 2021).

Embora tais medidas representem avanços importantes, a literatura tem demonstrado que políticas formais de inclusão tendem a produzir efeitos limitados quando não são acompanhadas por mecanismos de fortalecimento das trajetórias políticas femininas. A presença de cotas eleitorais, por exemplo, pode ampliar o número de candidatas, mas não necessariamente garante competitividade eleitoral ou permanência nas estruturas de poder quando as mulheres continuam enfrentando desigualdades de recursos, acesso restrito a redes partidárias e barreiras simbólicas à liderança (ARAÚJO, 2005; PEIXOTO, 2022).

É nesse contexto que se insere o presente trabalho. Seu objetivo geral é propor um modelo de mentoria voltado à ampliação da participação feminina na vida política brasileira, concebido como uma intervenção aplicada capaz de atuar sobre parte das barreiras que limitam a entrada, a permanência e a progressão das mulheres na política. Mais especificamente, o estudo busca: i) diagnosticar os principais fatores que restringem a participação política feminina no Brasil; ii) sistematizar o debate teórico sobre gênero, participação e representação política; iii) analisar experiências nacionais e internacionais voltadas à formação e ao fortalecimento de lideranças femininas; e iv) desenvolver uma proposta de mentoria política estruturada, baseada em evidências e adaptada ao contexto institucional brasileiro.

A hipótese que orienta esta pesquisa é que programas de mentoria política podem contribuir significativamente para ampliar a participação feminina quando atuam simultaneamente sobre dimensões individuais, relacionais e institucionais da trajetória política. Em vez de tratar a sub-representação feminina como simples

déficit de qualificação, parte-se da compreensão de que o problema possui natureza estrutural e organizacional. Nesse sentido, a mentoria é concebida como instrumento complementar às políticas afirmativas já existentes, capaz de fortalecer redes de apoio, ampliar capital político relacional, desenvolver repertório estratégico e reduzir custos subjetivos associados à atuação política das mulheres.

O trabalho está organizado em sete partes. Após esta introdução, o capítulo seguinte apresenta um diagnóstico do problema da sub-representação feminina na política brasileira, identificando as principais barreiras estruturais, institucionais, culturais e simbólicas que condicionam a participação das mulheres. Em seguida, o terceiro capítulo discute o referencial analítico que sustenta a investigação. O quarto capítulo apresenta um benchmarking de iniciativas existentes no campo da formação e mentoria política para mulheres. O quinto capítulo desenvolve a proposta de intervenção aplicada. O sexto capítulo analisa a viabilidade e os riscos da proposta, e o sétimo capítulo apresenta as considerações finais.

2. Diagnóstico do Problema

2.1 Sub-representação feminina na política brasileira

A sub-representação feminina nos espaços de poder constitui um dos traços mais persistentes da democracia brasileira. Apesar de avanços graduais observados nas últimas décadas, a presença das mulheres em cargos eletivos permanece significativamente inferior à sua participação na sociedade e no eleitorado. Dados da União Interparlamentar indicam que o Brasil continua apresentando percentuais modestos de mulheres no parlamento nacional, permanecendo atrás de diversos países latino-americanos que adotaram mecanismos institucionais mais robustos de promoção da paridade política (IPU, 2026).

Do total de 456.310 candidaturas registradas em 2024, 155 mil são de mulheres e 301.310 são de homens. Em todo o Brasil, 733 candidatas foram eleitas para o cargo de prefeito e outras 12.380 para o cargo de vereador. Nas Eleições Gerais de 2022, apenas quatro mulheres conseguiram se eleger para o Senado Federal e 91 para a Câmara dos Deputados (TSE, 2024).

Essa discrepância revela que a inclusão política das mulheres não depende apenas da expansão formal do direito ao voto ou da elegibilidade. Conforme argumenta Wängnerud (2009), a representação política possui múltiplas dimensões — descritiva, substantiva e simbólica — e a ausência de mulheres nas instituições legislativas compromete não apenas a composição social dos parlamentos, mas também a pluralidade de perspectivas incorporadas ao processo decisório e a legitimidade do sistema democrático.

No Brasil, a persistência desse padrão indica a existência de obstáculos que operam ao longo de toda a trajetória política. Para a pesquisadora Marta Ferreira Santos Farah, a inclusão da questão de gênero na agenda política decorreu, de um lado, da ação de movimentos sociais com forte participação de mulheres, constituídos ainda no final dos anos 70, em torno da luta pela democratização do regime e de questões relativas ao acesso a serviços públicos por parte da população das periferias urbanas. De outro lado, a temática de gênero é destacada pela ação de movimentos de mulheres - sobretudo da classe média - que na década de 80, passaram a denunciar a dominação de gênero presente na esfera pública e na esfera privada. Segundo Souza-Lobo, citado por Farah, "freqüentemente as análises ignoraram que os principais atores nos movimentos populares eram, de fato, atrizes". Através de sua participação nos movimentos sociais urbanos, as mulheres denunciam a omissão do poder público e sua ausência nas políticas públicas em áreas como habitação, saneamento, saúde, educação, transporte, entre outras.

A literatura tem demonstrado que a sub-representação feminina resulta de um processo cumulativo de exclusões que se inicia antes mesmo da entrada na política institucional, passa pelo recrutamento partidário e se estende ao ambiente eleitoral e ao exercício do mandato. Em vez de uma única barreira, trata-se de um conjunto de fatores interdependentes que dificultam a conversão do engajamento social das mulheres em poder político efetivo.

2.2 Barreiras estruturais

Um primeiro conjunto de fatores diz respeito às barreiras estruturais associadas à divisão social do trabalho e às desigualdades de recursos disponíveis para participação política. Estudos comparativos mostram que mulheres tendem a enfrentar maiores restrições de tempo, renda e mobilidade do que homens, em grande parte devido à persistência da divisão sexual do trabalho e à concentração das responsabilidades de cuidado no âmbito doméstico (PAXTON; HUGHES; GREEN, 2007).

Dois aspectos fortemente citados em trabalho feito através da percepção de mulheres que exerciam cargo político entrevistadas foram: a) a dupla jornada de trabalho e o conflito trabalho-família nas trajetórias profissionais das mulheres; e b) os preconceitos de gênero vivenciados. Sobre a dupla jornada de trabalho e o conflito trabalho-família, as 18 entrevistadas foram unânimes. Todas, mesmo as solteiras e sem filhos, consideraram que as mulheres são mais responsabilizadas pelo lar e cuidados com os filhos do que os companheiros e sofrem mais impactos na profissão pelos papéis socialmente atribuídos a elas, tais como cuidados com a casa e com os filhos. Cenário apontado também pela pesquisa “Mulheres na política”, feita pelo Instituto de Pesquisa DataSenado, que investigou os fatores que resultam na baixa representatividade feminina nos cargos eletivos. Foram

entrevistadas 2.850 mulheres sobre a responsabilidade em relação às atividades do lar, e foi constatada essa desproporcionalidade, com mais de 60% das mulheres sendo responsáveis pelas tarefas domésticas.

Essas desigualdades estruturais possuem implicações diretas para a participação política. A atividade política, especialmente em sua dimensão eleitoral, exige disponibilidade para reuniões noturnas, participação prolongada em atividades partidárias, construção de redes sociais e dedicação intensiva durante períodos de campanha. Quando as mulheres enfrentam maior sobrecarga de trabalho doméstico e menor acesso a recursos financeiros, sua capacidade de atender às exigências desse ambiente tende a ser reduzida.

Além disso, as desigualdades sociais no Brasil apresentam forte dimensão interseccional. Fatores como raça, classe social e território influenciam significativamente as oportunidades de participação política. Mulheres negras, por exemplo, enfrentam simultaneamente barreiras raciais e de gênero que ampliam os custos de entrada na política e restringem o acesso a redes de poder e financiamento eleitoral.

2.3 Barreiras institucionais

As barreiras institucionais estão associadas ao funcionamento concreto das organizações políticas responsáveis pela mediação entre sociedade e representação. Dados do relatório “Desigualdade de gênero em cargos de liderança no Executivo Federal” do Movimento Pessoas à Frente (2024) evidenciam que as mulheres, embora representem 51,5% da população brasileira, ocupam somente 45,2% do total de servidores federais, sub-representação mais acentuada nas posições de liderança. Nos cargos de alta liderança, essa diferença é ainda maior: as mulheres ocupam apenas 27% dos cargos comissionados do Executivo.

Entre essas organizações, os partidos políticos desempenham papel central, uma vez que controlam o processo de recrutamento, seleção e apoio a candidaturas. Araújo (2005) demonstra que as rotas de ingresso das mulheres na política brasileira são profundamente mediadas pelas estruturas partidárias. Mesmo em contextos em que as normas eleitorais estabelecem cotas de candidaturas, os partidos podem reproduzir padrões de exclusão ao concentrar recursos e apoio político em candidaturas consideradas mais competitivas — frequentemente masculinas. Dessa forma, a presença formal de mulheres nas listas eleitorais não garante igualdade de condições na disputa.

Outro elemento institucional relevante refere-se ao financiamento eleitoral. Estudos sobre eleições brasileiras indicam que mulheres historicamente recebem menos recursos de campanha do que homens, o que reduz suas chances de sucesso eleitoral (SACCHET; SPECK, 2012; PEIXOTO, 2022). Embora decisões recentes da Justiça Eleitoral tenham estabelecido a obrigatoriedade de destinação mínima de

recursos para candidaturas femininas, a distribuição efetiva desses recursos ainda depende das dinâmicas internas dos partidos.

2.4 Barreiras culturais e simbólicas

Além das dimensões estruturais e institucionais, a literatura também enfatiza a existência das barreiras culturais e simbólicas na reprodução da desigualdade política de gênero. A política foi historicamente construída como espaço masculino, associado a atributos como autoridade, competição e exposição pública, enquanto às mulheres foram tradicionalmente atribuídos papéis ligados ao cuidado e à esfera privada.

Essas representações sociais influenciam tanto a forma como as mulheres percebem suas próprias possibilidades de atuação quanto a maneira como são avaliadas por eleitores, partidos e meios de comunicação. A ausência de modelos femininos de liderança política, aliada à menor presença de mulheres em posições de poder, tende a reduzir o encorajamento à ambição política feminina e a reforçar percepções de inadequação ou baixa legitimidade para o exercício de cargos públicos.

Pesquisas recentes indicam que mulheres que ingressam na política frequentemente precisam demonstrar níveis mais elevados de competência para alcançar reconhecimento equivalente ao de seus pares masculinos (GOMES NETO et al., 2024). Essa dinâmica reforça a percepção de que o ambiente político impõe custos simbólicos mais elevados para as mulheres, desestimulando sua participação e dificultando a consolidação de trajetórias políticas de longo prazo.

2.5 Barreiras invisíveis (transversais)

Para além das barreiras estruturais, institucionais e culturais, a literatura especializada aponta a existência de barreiras invisíveis que dificultam a inserção, permanência e ascensão de mulheres nos espaços de poder. Tais barreiras são denominadas invisíveis por não estarem formalizadas em normas ou regulamentos, mas operarem por meio de práticas cotidianas, expectativas sociais e vieses implícitos que influenciam processos de decisão e avaliação. Nesse sentido, a metáfora do “labirinto da liderança” contribui para compreender que os obstáculos enfrentados pelas mulheres não se restringem a um bloqueio específico, mas se distribuem ao longo de toda a trajetória, exigindo delas maior esforço e resiliência para alcançar posições de liderança (EAGLY; CARLI, 2007).

Um dos conceitos mais consolidados nesse campo é o de teto de vidro, que se refere às barreiras sutis que limitam o acesso de mulheres aos níveis mais altos das hierarquias organizacionais e políticas. De acordo com Cotter et al. (2001), trata-se de uma desigualdade que se intensifica nos estratos superiores, mesmo quando há participação feminina nas etapas iniciais da carreira. Complementarmente, o

conceito de piso pegajoso evidencia a concentração de mulheres em posições de menor prestígio, visibilidade e poder decisório, dificultando sua progressão profissional e política (BOOTH; FRANCESCONI; FRANK, 2003). Esses dois fenômenos, embora distintos, atuam de forma articulada, restringindo tanto o ponto de partida quanto às possibilidades de ascensão das mulheres.

Outra dimensão relevante das barreiras invisíveis refere-se à dupla ou tripla jornada de trabalho, caracterizada pela sobrecarga decorrente da responsabilidade desproporcional das mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidado não remunerado. Estudos da Organização Internacional do Trabalho indicam que essa distribuição desigual do tempo impacta diretamente a participação feminina no mercado de trabalho e em espaços de decisão, reduzindo sua disponibilidade para atividades políticas e profissionais que demandam maior dedicação temporal e flexibilidade (ILO, 2018). No campo político, essa limitação é particularmente significativa, considerando a exigência de participação em agendas noturnas, deslocamentos e articulações informais.

Por fim, destacam-se as formas de assédio, silenciamento e violência institucional, que contribuem para a exclusão e a deslegitimação da presença feminina nos espaços de poder. No contexto brasileiro, estudos evidenciam que a violência política de gênero frequentemente se manifesta de forma simbólica e institucional, sendo historicamente invisibilizada e naturalizada nos ambientes políticos (PINHO, 2020). Tais práticas incluem interrupções sistemáticas, questionamentos à competência, ataques pessoais e isolamento em processos decisórios, produzindo efeitos concretos sobre a permanência e a progressão das mulheres. Assim, as barreiras invisíveis operam de forma transversal, reforçando desigualdades já existentes e contribuindo para a reprodução da sub-representação feminina na política e na liderança.

2.6 Violência política de gênero

Nos últimos anos, a violência política de gênero passou a ser reconhecida como elemento central para compreender os obstáculos enfrentados pelas mulheres na política. Esse fenômeno abrange diferentes formas de hostilidade direcionadas a mulheres em razão de sua participação política, incluindo assédio moral, intimidação, desqualificação pública e ataques à reputação pessoal.

No Brasil, a aprovação da Lei nº 14.192/2021 representou um marco importante ao tipificar a violência política contra a mulher e estabelecer mecanismos institucionais de prevenção e punição. Entretanto, estudos mostram que a violência política de gênero continua sendo prática recorrente em diferentes níveis da política, funcionando como mecanismo de exclusão e disciplinamento da presença feminina nos espaços de poder (PINHO, 2020). Os estudos de Lynn (2025), com base em levantamento da Confederação Nacional de Municípios, evidenciam a elevada

incidência de violência política de gênero no âmbito municipal brasileiro. Segundo os dados, mais de 60% das prefeitas e vice-prefeitas já vivenciaram algum tipo de violência, destacando-se o assédio verbal (49%), a pressão psicológica (45%) e a violência física (5,6%). Ademais, mais da metade das entrevistadas relatou impactos em sua vida pessoal, enquanto 36,5% afirmaram que tais experiências comprometeram diretamente sua capacidade de governar.

A violência política possui impactos significativos sobre a participação das mulheres, pois eleva os custos subjetivos da atuação pública e pode desencorajar tanto a entrada quanto a permanência na política. Assim, a sub-representação feminina não pode ser compreendida apenas como resultado de desigualdades estruturais ou institucionais, mas também como consequência de ambientes políticos hostis que tornam a trajetória política das mulheres mais arriscada e onerosa.

2.7 Síntese do diagnóstico

A análise apresentada permite identificar que a sub-representação feminina na política brasileira resulta da combinação de múltiplos fatores interdependentes. Barreiras estruturais associadas à divisão do trabalho e à desigualdade de recursos, barreiras institucionais relacionadas ao funcionamento dos partidos e à distribuição de financiamento eleitoral, barreiras culturais que questionam a legitimidade da liderança feminina, barreiras invisíveis que operam de forma transversal, reforçando desigualdades já existentes e práticas de violência política de gênero compõem um sistema complexo de obstáculos que limitam a presença das mulheres nos espaços de poder.

Diante desse diagnóstico, torna-se evidente que políticas isoladas de inclusão formal, como cotas eleitorais, embora necessárias, não são suficientes para produzir mudanças estruturais duradouras. A ampliação da participação política feminina exige intervenções capazes de atuar também sobre dimensões relacionais, simbólicas e organizacionais da trajetória política. É nesse contexto que se insere a proposta de mentoria política desenvolvida neste trabalho, concebida como instrumento complementar às políticas afirmativas existentes e voltada ao fortalecimento de trajetórias políticas femininas.

3. Referencial Analítico

A análise da participação feminina na política exige a articulação de diferentes abordagens teóricas que permitam compreender tanto as estruturas institucionais da representação quanto os fatores sociais e culturais que moldam a participação política. A literatura contemporânea sobre gênero e política tem demonstrado que a sub-representação feminina resulta da interação entre variáveis estruturais, institucionais e simbólicas, que atuam simultaneamente sobre as trajetórias políticas das mulheres (PAXTON; HUGHES; GREEN, 2007).

Nesse sentido, o presente trabalho mobiliza um conjunto de perspectivas analíticas que ajudam a explicar a persistência da desigualdade de gênero na política e a fundamentar a proposta de intervenção apresentada nos capítulos posteriores. Em particular, são discutidas cinco dimensões centrais: i) teorias da representação política; ii) abordagens sobre participação política e desigualdade de recursos; iii) estudos sobre recrutamento político e seleção de candidaturas; iv) literatura sobre ambição política e socialização de gênero; e v) contribuições sobre capital social, redes e mentoria política.

3.1 Representação política e democracia

A discussão sobre participação feminina na política está diretamente relacionada ao debate mais amplo sobre representação política nas democracias contemporâneas. Tradicionalmente, a teoria democrática concentrou-se na ideia de representação como delegação de interesses entre eleitores e representantes. Entretanto, nas últimas décadas, pesquisadores passaram a destacar que a composição social dos órgãos representativos também possui relevância normativa para a qualidade da democracia.

Nesse contexto, a literatura distingue diferentes dimensões da representação. A representação **descritiva** refere-se à correspondência entre as características sociais da população e a composição dos representantes eleitos. Já a representação **substantiva** diz respeito à defesa efetiva dos interesses e demandas de determinados grupos sociais no processo decisório. Por fim, a representação **simbólica** refere-se ao reconhecimento e à legitimidade política produzidos pela presença de determinados grupos nas instituições públicas (WÄNGNERUD, 2009).

No caso das mulheres, essas dimensões encontram-se profundamente interligadas. A presença de mulheres em cargos eletivos não apenas amplia a diversidade social dos parlamentos, mas também contribui para a legitimação democrática das instituições e para a incorporação de perspectivas e agendas historicamente marginalizadas no processo político. Estudos comparativos indicam que a presença feminina nos legislativos está associada, em diversos contextos, à maior atenção a temas como igualdade de gênero, políticas de cuidado, saúde reprodutiva e proteção social (PAXTON; HUGHES; GREEN, 2007).

Entretanto, a literatura também alerta que a presença numérica de mulheres não garante automaticamente mudanças substantivas nas agendas políticas. A capacidade de influenciar decisões depende de fatores como posição institucional, acesso a recursos e inserção nas redes de poder dentro das instituições políticas. Assim, a ampliação da representação feminina exige não apenas a presença de mulheres nas listas eleitorais, mas também condições que permitam sua permanência e influência efetiva nos espaços de decisão.

3.2 Participação política e desigualdade de recursos

Outro eixo fundamental para compreender a participação política das mulheres diz respeito às teorias da participação política e à distribuição desigual de recursos sociais. Pesquisas clássicas sobre participação demonstram que o engajamento político está fortemente associado à disponibilidade de recursos como tempo, renda, educação e redes sociais (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995).

Segundo essa perspectiva, a participação política não depende apenas de interesse ou motivação individual, mas também da capacidade concreta de mobilizar recursos necessários para o engajamento político. Indivíduos com maior acesso a tempo livre, capital educacional e redes sociais tendem a participar mais intensamente da vida política, seja por meio de campanhas eleitorais, associações civis ou candidaturas.

Quando analisado sob a perspectiva de gênero, esse modelo revela importantes desigualdades estruturais. Mulheres, em média, enfrentam maior sobrecarga de trabalho doméstico e responsabilidades de cuidado, o que reduz sua disponibilidade de tempo para atividades políticas. Além disso, desigualdades de renda e acesso a redes profissionais podem limitar o acesso das mulheres a recursos necessários para financiar campanhas ou construir trajetórias políticas competitivas.

Nesse sentido, a literatura destaca que as desigualdades de participação política refletem, em grande medida, desigualdades sociais mais amplas. A política institucional tende a recrutar indivíduos já dotados de capital social e recursos acumulados ao longo da vida, o que favorece grupos que historicamente ocuparam posições privilegiadas nas estruturas sociais e econômicas.

3.3 Recrutamento político e seleção de candidaturas

Um terceiro eixo analítico relevante refere-se ao processo de recrutamento político e seleção de candidaturas. Estudos sobre recrutamento político demonstram que a formação das elites políticas não ocorre de maneira espontânea, mas resulta de processos organizacionais e institucionais que determinam quem é convidado, incentivado e apoiado para disputar cargos públicos (NORRIS; LOVENDUSKI, 1995).

Nessa perspectiva, os partidos políticos desempenham papel central como gatekeepers do sistema político, controlando o acesso às candidaturas e aos recursos necessários para a competição eleitoral. Mesmo em sistemas democráticos abertos, a entrada na política institucional depende frequentemente da validação por parte das organizações partidárias, que selecionam candidatos com base em critérios formais e informais.

Diversos estudos demonstram que esses processos de recrutamento podem reproduzir desigualdades de gênero. Lideranças partidárias tendem a recrutar indivíduos semelhantes a si próprios ou que já fazem parte de suas redes políticas, o que pode favorecer a reprodução de elites predominantemente masculinas. Além disso, mulheres frequentemente enfrentam menor encorajamento para disputar cargos públicos, sendo menos frequentemente convidadas a participar de eleições ou ocupar posições estratégicas dentro das organizações partidárias (ARAÚJO, 2005).

Esse padrão ajuda a explicar por que políticas formais de inclusão, como cotas eleitorais, podem produzir resultados limitados quando não são acompanhadas por mudanças nas práticas organizacionais dos partidos. Mesmo quando as regras eleitorais exigem determinado percentual de candidaturas femininas, a competitividade dessas candidaturas depende do apoio institucional recebido durante o processo eleitoral.

3.4 Ambição política e socialização de gênero

Outro elemento central no debate sobre participação feminina na política refere-se à chamada ambição política. Estudos recentes têm demonstrado que mulheres, em média, apresentam menor probabilidade de manifestar interesse em disputar cargos eletivos, mesmo quando possuem qualificações semelhantes às de seus pares masculinos.

Pesquisas conduzidas por Lawless e Fox (2013) identificam a existência de um fenômeno conhecido como political ambition gap, que se refere à diferença entre homens e mulheres na disposição de concorrer a cargos políticos. Segundo os autores, essa diferença não decorre de menor capacidade ou qualificação, mas de processos de socialização política que influenciam expectativas, confiança e encorajamento para o exercício de liderança pública.

Desde a juventude, homens tendem a receber mais estímulos para participar de atividades políticas, liderar grupos e disputar posições de autoridade. Mulheres, por sua vez, frequentemente são socializadas em contextos que valorizam papéis associados ao cuidado, à cooperação e à esfera privada. Essa dinâmica pode produzir diferenças na percepção de competência política e na disposição para ingressar em ambientes altamente competitivos como a política institucional.

Além disso, mulheres tendem a ser mais frequentemente desencorajadas por lideranças partidárias e por redes sociais a disputar cargos públicos. Enquanto homens são frequentemente incentivados a concorrer mesmo sem experiência política prévia, mulheres tendem a considerar a candidatura apenas quando percebem possuir credenciais substanciais e apoio institucional claro.

3.5 Capital social, redes e mentoria política

Por fim, a literatura sobre capital social e redes políticas oferece contribuições importantes para compreender as trajetórias políticas e os mecanismos que podem ampliar a participação feminina. O conceito de capital social refere-se ao conjunto de relações, redes de confiança e recursos relacionais que facilitam a cooperação e o acesso a oportunidades em diferentes esferas sociais (PUTNAM, 1993).

No campo da política, redes sociais desempenham papel crucial na circulação de informações, na mobilização de recursos e no acesso a oportunidades institucionais. A participação em associações civis, movimentos sociais, sindicatos e organizações comunitárias pode funcionar como espaço de socialização política e formação de lideranças, ampliando a capacidade de indivíduos de ingressar na vida pública.

No caso das mulheres, redes de apoio e programas de mentoria têm sido apontados como instrumentos importantes para reduzir barreiras de entrada na política. A mentoria política envolve a relação entre uma liderança mais experiente e uma pessoa em início de trajetória, com o objetivo de compartilhar conhecimento, ampliar redes de contato e fortalecer habilidades necessárias para atuação política.

Estudos sobre programas de formação e mentoria política indicam que essas iniciativas podem contribuir para ampliar a autoconfiança política, o acesso a redes institucionais e a capacidade de navegação em ambientes políticos complexos. Ao facilitar o compartilhamento de experiência e a construção de vínculos entre lideranças políticas, programas de mentoria podem atuar como mecanismos de redução de desigualdades de acesso à informação, redes e oportunidades.

Nesse sentido, a mentoria política pode ser compreendida como estratégia complementar às políticas institucionais de inclusão, atuando sobre dimensões subjetivas, relacionais e organizacionais da participação política. Ao fortalecer capital político relacional e ampliar redes de apoio, tais programas podem contribuir para transformar engajamento social em trajetória política mais estruturada e sustentável.

4. Benchmarking de Iniciativas Existentes

A literatura sobre participação política feminina demonstra que políticas de incentivo institucional e programas de formação política têm desempenhado papel relevante na ampliação da presença de mulheres em cargos eletivos em diferentes democracias. Entre essas iniciativas, destacam-se programas de formação, redes de apoio político e iniciativas de mentoria que buscam reduzir barreiras institucionais, sociais e simbólicas enfrentadas por mulheres que desejam ingressar na vida política.

Programas dessa natureza atuam principalmente em três dimensões: i) desenvolvimento de competências políticas e eleitorais; ii) ampliação de redes de contato e capital político; e iii) fortalecimento da autoconfiança e da ambição política das participantes. Estudos comparativos indicam que essas iniciativas podem contribuir para aumentar o número de candidaturas femininas e fortalecer a permanência de mulheres na política institucional (KANTOLA; LOMBARDI, 2020).

A seguir são analisadas algumas experiências relevantes no cenário internacional e nacional, com o objetivo de identificar boas práticas que possam orientar a construção de um modelo de mentoria política adaptado ao contexto brasileiro.

4.1 Experiências internacionais de formação e mentoria política para mulheres

Diversos países têm desenvolvido programas estruturados para incentivar a participação feminina na política. Essas iniciativas geralmente combinam formação política, construção de redes e mentoria entre lideranças experientes e novas candidatas.

Um dos casos mais conhecidos é o programa Emily's List, criado nos Estados Unidos em 1985. A organização atua na identificação, treinamento e financiamento de candidaturas femininas, especialmente no âmbito do Partido Democrata. Além de apoio financeiro, a organização oferece capacitação estratégica em comunicação política, arrecadação de recursos e planejamento de campanhas eleitorais. Estudos indicam que o modelo contribuiu significativamente para ampliar o número de mulheres eleitas para o Congresso norte-americano nas últimas décadas (SANBONMATSU, 2015).

Outra iniciativa relevante é o programa Emerge America, fundado em 2002, que oferece treinamento intensivo para mulheres interessadas em disputar cargos públicos. O programa possui duração de vários meses e inclui módulos sobre liderança, comunicação política, elaboração de políticas públicas, gestão de campanhas e captação de recursos. Pesquisas indicam que milhares de mulheres já passaram pelo programa e que uma parcela significativa das participantes posteriormente concorreu ou foi eleita para cargos públicos em diferentes níveis de governo.

Também merece destaque o movimento She Should Run, criado nos Estados Unidos com o objetivo de estimular mulheres a considerar a possibilidade de disputar cargos eletivos. Diferentemente de programas de treinamento mais estruturados, essa iniciativa atua sobretudo na mobilização e no estímulo à ambição política feminina, buscando ampliar o número de mulheres que consideram a candidatura como uma trajetória possível.

No plano internacional, organizações multilaterais também têm promovido iniciativas voltadas à participação política feminina. A ONU Mulheres, por exemplo, desenvolve

programas de capacitação e mentoria para lideranças femininas em diferentes países, com foco na promoção da igualdade de gênero e no fortalecimento das instituições democráticas (UN WOMEN, 2020).

Essas experiências demonstram que programas estruturados de formação política podem atuar de maneira complementar às políticas institucionais de inclusão, contribuindo para reduzir desigualdades de acesso a redes políticas, recursos estratégicos e conhecimento sobre o funcionamento do sistema político.

Além dessas iniciativas, destacam-se experiências como a Women Political Leaders (WPL), a Vital Voices Global Partnership e a Westminster Foundation for Democracy, que atuam por meio de redes internacionais, programas de mentoria e fortalecimento institucional (WPL, 2022; VITAL VOICES, 2021; WFD, 2020).

A eficácia dessas iniciativas em países da OCDE não é casual. Programas como o Emerge America já formaram mais de 6.000 mulheres nos Estados Unidos, com taxa de conversão para candidaturas superior a 70% entre as participantes (EMERGE AMERICA, 2023). Na Suécia e na Islândia, onde programas de mentoria política para mulheres coexistem com sistemas de cotas e financiamento público robusto, a representação feminina nos parlamentos nacionais supera 45% (IPU, 2026). Na França, após a Lei de Paridade de 2000 ser combinada com programas de formação partidária estruturados, a presença feminina na Assembleia Nacional mais do que dobrou nas duas décadas seguintes.

O denominador comum dessas experiências bem-sucedidas é a combinação de dois elementos: regras institucionais que criam oportunidades formais de entrada — cotas, financiamento reservado, legislação de paridade — e programas que capacitam mulheres para aproveitar essas oportunidades com competitividade real. O Brasil já possui o primeiro elemento: cotas de candidatura desde 1997, destinação mínima de 30% do Fundo Eleitoral para candidaturas femininas pela EC nº 117/2022 e legislação de combate à violência política pela Lei nº 14.192/2021. O que ainda falta é o segundo: uma estrutura sistemática de preparação, mentoria e rede que converta essas oportunidades formais em trajetórias políticas sustentáveis.

O modelo proposto neste trabalho adapta os elementos de maior eficácia identificados nessas experiências internacionais ao contexto institucional brasileiro, considerando as especificidades do sistema proporcional de lista aberta, a fragmentação partidária e as profundas desigualdades regionais que caracterizam o cenário político nacional.

A seguir a Tabela 01 apresenta comparação dentre algumas iniciativas

Tabela 01 - Comparação de iniciativas internacionais voltadas à promoção da participação política feminina

Instituição	**Público-Alvo**	**Mecanismo Operacional**	**Diferenciais**	**Limitações**	**Lacunas de Pesquisa**
ONU Mulheres	Global (multilateral). Mulheres em geral (segmentadas: negras, rurais, indígenas, etc.)	Capacitação + advocacy + articulação institucional. Programas de formação, produção de dados, campanhas globais e apoio a governos	• Escala global • Forte capacidade institucional • Produção de dados e diretrizes	• Fragmentação identitária pode dispersar agenda • Forte viés normativo (menos operacional)	• Quais programas geram aumento real de candidaturas? • Custo por beneficiária • Impacto mensurável em eleições • Quais ações são replicáveis em nível municipal/estadual?
Women Political Leaders (WPL)	Global. Mulheres já eleitas ou em alto nível (presidentes, ministras, parlamentares)	Networking + influência + compartilhamento de boas práticas. Fóruns internacionais, grupos temáticos e produção de conteúdo	• Acesso a lideranças de alto nível • Influência global • Foco em policy e governança	• Não atua na base (entrada na política) • Baixa capilaridade	• Como medir impacto real na formulação de políticas? • Existe efeito na reeleição ou ascensão política? • Como adaptar modelo para formação de base?
Vital Voices Global Partnership	Global Mulheres líderes emergentes e agentes de	Formação + mentoria + financiamento. Programas híbridos (online/presencial),	• Forte rede internacional (47 mil mulheres) • Combinação de	• Não é exclusivamente político (abrange empreendedorism	• Taxa de conversão para candidaturas políticas • Impacto dos

	mudança	mentorias e apoio financeiro a projetos	formação + recurso financeiro • Foco em liderança prática	o/social) • Seleção pode limitar escala	financiamentos • Quais setores geram maior retorno político?
Westminster Foundation for Democracy (WFD)	Reino Unido (com atuação internacional) Mulheres interessadas em ingressar ou atuar na política	Capacitação institucional + fortalecimento democrático. Programas de treinamento, apoio a partidos e fortalecimento institucional	• Forte base técnica em democracia • Atuação junto a parlamentos	• Dependência de contexto institucional • Menor apelo midiático	• Resultados eleitorais concretos • Custos por programa • Aplicabilidade no Brasil (diferença institucional)
EMILY's List	Estados Unidos.Mulheres (principalmente progressistas) candidatas	Recrutamento + treinamento + financiamento eleitoral. Identificação de candidatas, capacitação e financiamento direto de campanhas	• Modelo completo (pipeline político) • Forte impacto eleitoral • Foco em vitória	• Viés ideológico claro • Alto custo	• ROI eleitoral (custo por eleita) • Estrutura jurídica para replicação no Brasil • Sustentabilidade financeira do modelo

4.2 Experiências brasileiras de formação política para mulheres

No Brasil, diversas organizações da sociedade civil e instituições públicas têm desenvolvido iniciativas voltadas à ampliação da participação feminina na política. Essas experiências variam em escala e metodologia, mas compartilham o objetivo de fortalecer a presença de mulheres nos espaços de decisão política.

Entre as iniciativas podemos citar a RenovaBR, que oferece oportunidades de formação política acessíveis a mulheres por meio de cursos gratuitos ou com bolsas integrais, contemplando conteúdos como liderança, políticas públicas, comunicação, ética e funcionamento do processo político-eleitoral. Além disso, a organização adota estratégias de incentivo à diversidade em seus processos seletivos, buscando ampliar a participação feminina e de grupos historicamente sub-representados, bem como promove conteúdos e discussões relacionadas a temas como equidade de gênero e desafios enfrentados por mulheres na política, contribuindo para sua qualificação e preparação para atuação em espaços de decisão.

Outra iniciativa é o programa “Mulheres na Política”, promovido por diferentes organizações da sociedade civil em parceria com universidades e organismos internacionais. Esses programas geralmente oferecem cursos de formação política, oficinas de liderança e capacitação em temas como legislação eleitoral, comunicação política e financiamento de campanhas.

Também há o programa “Mentoria Política para Mulheres e Vereança”, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). A iniciativa conecta mulheres com experiência na política institucional a lideranças emergentes interessadas em disputar cargos legislativos municipais. O programa combina encontros formativos, atividades de mentoria e construção de redes de apoio entre participantes.

Além disso, diversas fundações partidárias têm desenvolvido programas de formação política para mulheres, muitas vezes vinculados ao cumprimento das exigências legais de destinação de recursos para promoção da participação feminina. Embora essas iniciativas apresentem variações em termos de estrutura e continuidade, elas têm contribuído para ampliar o debate sobre igualdade de gênero na política brasileira.

Entre os partidos brasileiros, é possível identificar diferentes graus de maturidade institucional em relação à promoção da participação política feminina, avaliados a partir de quatro critérios: existência de fundação partidária consolidada com programas de formação para mulheres; volume de recursos do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral efetivamente destinados a candidaturas femininas; histórico de candidaturas femininas competitivas e eleitas ao longo das últimas décadas; e capilaridade nacional com estrutura presente em múltiplos estados.

O PT (Partido dos Trabalhadores), por meio da Fundação Perseu Abramo, apresenta o histórico mais longo de institucionalização de mecanismos voltados à participação feminina. A Secretaria Nacional de Mulheres do PT opera desde os anos 1980, com cotas internas de liderança que antecedem a legislação eleitoral nacional, e o partido registra, historicamente, uma das maiores proporções de mulheres eleitas em cargos proporcionais entre os grandes partidos brasileiros (TSE, 2024). Esse acúmulo institucional reflete décadas de pressão interna de movimentos de mulheres dentro do partido e de progressiva formalização de regras que vão além do mínimo legal.

O PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), por meio da Fundação Mario Covas, desenvolveu ao longo dos anos 2000 e 2010 programas de formação política com recorte de gênero, embora com menor continuidade e escala do que o modelo petista. A fragmentação do partido a partir de 2022 e a migração de parte de suas lideranças para outras siglas reduziram temporariamente sua capacidade institucional nesse campo.

O MDB (Movimento Democrático Brasileiro) possui estrutura nacional consolidada e fundação ativa — o Instituto Teotônio Vilela —, mas seu histórico de investimento institucional específico em participação feminina é menos sistemático, concentrando-se mais no cumprimento das exigências legais do que na construção de programas próprios de formação e mentoria para mulheres.

O União Brasil, partido formado em 2022 pela fusão do DEM e do PSL, ainda está em processo de consolidação de sua estrutura interna e de sua fundação partidária. Apesar de seu tamanho — é hoje um dos maiores partidos do país em número de filiados e mandatos —, sua maturidade institucional no campo da participação feminina é ainda incipiente, o que representa tanto um desafio quanto uma janela de oportunidade para a implementação de programas estruturados desde o início de sua trajetória como partido unificado.

Essa análise indica que o PT oferece a referência mais consolidada de institucionalização interna para a participação feminina no contexto brasileiro, ao passo que o MDB e o União Brasil representam potenciais parceiros estratégicos pela sua capilaridade nacional e capacidade de ampliar o alcance territorial do programa proposto. O PSDB, em seu processo de reorganização, pode servir de caso de estudo sobre os riscos de descontinuidade institucional de programas de formação política vinculados a ciclos de poder partidário.

No âmbito institucional, também merece destaque a atuação da Justiça Eleitoral, que tem promovido campanhas de incentivo à participação feminina e programas de formação voltados para candidatas e lideranças políticas. Essas iniciativas buscam ampliar o conhecimento sobre direitos políticos e estimular a participação das mulheres no processo eleitoral.

4.3 Lições para o contexto brasileiro

A análise comparativa das experiências internacionais e nacionais permite identificar algumas lições relevantes para a formulação de programas de mentoria política voltados à ampliação da participação feminina.

Em primeiro lugar, programas bem-sucedidos tendem a combinar formação política, construção de redes e mentoria, atuando simultaneamente sobre diferentes dimensões das trajetórias políticas das mulheres. A simples oferta de cursos ou treinamentos pode ter impacto limitado se não for acompanhada pela criação de redes de apoio político e oportunidades concretas de inserção institucional.

Em segundo lugar, iniciativas eficazes costumam enfatizar o fortalecimento da ambição política feminina, estimulando mulheres a considerarem a candidatura como uma possibilidade concreta. Isso envolve não apenas o desenvolvimento de habilidades técnicas, mas também o enfrentamento de barreiras simbólicas e culturais que frequentemente desencorajam mulheres a ingressar na política.

Por fim, experiências internacionais demonstram a importância de programas que conectem lideranças políticas experientes a mulheres em início de trajetória. A mentoria política pode funcionar como mecanismo de transferência de conhecimento, ampliação de redes e fortalecimento da confiança política, contribuindo para reduzir assimetrias de acesso a recursos e oportunidades no campo político.

A análise das iniciativas nacionais e internacionais evidencia avanços relevantes na promoção da participação feminina na política, sobretudo por meio de programas de formação, redes de apoio e estímulo à candidatura de mulheres. Entretanto, observa-se que muitas dessas iniciativas concentram-se predominantemente em ações formativas ou em estímulos pontuais à participação eleitoral, sem necessariamente atuar de maneira integrada sobre as diferentes etapas da trajetória política feminina.

Nesse contexto, a literatura aponta que a sub-representação feminina na política resulta de um conjunto de fatores estruturais e relacionais que se manifestam ao longo de todo o ciclo de inserção política, desde o recrutamento inicial até a permanência e progressão em posições de liderança (NORRIS; LOVENDUSKI, 1995; PAXTON; HUGHES; GREEN, 2007). Assim, iniciativas que atuam apenas sobre capacitação técnica ou estímulo à candidatura podem apresentar impactos limitados se não forem acompanhadas por mecanismos que ampliem o acesso das mulheres a redes políticas, conhecimento institucional e oportunidades concretas de inserção.

A proposta de intervenção apresentada neste trabalho parte justamente dessa lacuna. Em vez de se limitar a ações de formação política, o modelo de mentoria

proposto busca estruturar um mecanismo integrado de desenvolvimento de trajetórias políticas femininas, combinando formação aplicada, mentoria estratégica e ampliação de redes de apoio institucional.

Tabela 02 – Comparação entre iniciativas de formação política feminina e o modelo de mentoria proposto

Dimensão	**Programa de formação política tradicionais**	**Modelo de mentoria proposto**
Foco principal	Capacitação e formação política	Desenvolvimento de trajetórias políticas
Estratégia central	Cursos e workshops	Mentoria + formação + redes políticas
Duração	Geralmente curta	Ciclo estruturado de 6 a 9 meses
Relação com lideranças políticas	Contato pontual	Acompanhamento contínuo por mentoras
Desenvolvimento de redes	Limitado	Construção ativa de redes políticas
Apoio à trajetória política	Baixo	Orientação estratégica de carreira política
Objetivo final	Formação política	Ampliação sustentável da participação feminina

Fonte: elaboração própria com base em Norris e Lovenduski (1995), Sanbonmatsu (2015) e análise de iniciativas internacionais.

5. Proposta de Intervenção

Modelo de Mentoria para Ampliação da Participação Feminina na Vida Política Brasileira

A persistente sub-representação feminina nos espaços de poder político no Brasil evidencia a necessidade de estratégias inovadoras que atuem não apenas sobre regras institucionais, mas também sobre os mecanismos sociais e organizacionais que influenciam o recrutamento político. Nesse contexto, a presente proposta de intervenção consiste na criação de um programa estruturado de mentoria política voltado à formação e ao fortalecimento de lideranças femininas interessadas em ingressar ou consolidar sua atuação na vida política institucional.

A mentoria política é compreendida como uma estratégia de desenvolvimento pessoal, transferência de conhecimento, construção de redes e fortalecimento de competências, na qual lideranças políticas experientes acompanham e orientam mulheres em início ou em desenvolvimento de trajetória política. Programas desse tipo têm sido utilizados em diferentes democracias para ampliar o acesso de mulheres a redes políticas e reduzir assimetrias de informação e oportunidade no processo de recrutamento político (SANBONMATSU, 2015).

A originalidade da proposta apresentada neste trabalho reside na concepção da mentoria política como uma tecnologia institucional de redução de desigualdades de acesso à política, e não apenas como uma atividade formativa ou inspiracional. Diferentemente de iniciativas focadas exclusivamente na capacitação técnica ou no estímulo à candidatura feminina, o modelo aqui proposto busca atuar sobre múltiplas dimensões das trajetórias políticas das mulheres.

Em relação às iniciativas mapeadas no benchmarking, o modelo proposto se diferencia em quatro dimensões centrais. Primeiro, é o único a operar simultaneamente nos eixos de desenvolvimento pessoal, formação política, mentoria individual e construção ativa de redes — enquanto programas como RenovaBR concentram-se na formação coletiva, o IBAM na mentoria legislativa municipal e as fundações partidárias na capacitação interna, sem integrar os quatro componentes em um único ciclo estruturado. Segundo, adota um modelo de acesso por indicação qualificada da rede, o que aumenta a precisão da seleção e a densidade dos vínculos entre participantes, diferenciando-se de processos de chamamento público que tendem a recrutar perfis já dotados de capital simbólico suficiente para a autoproposta. Terceiro, é concebido como transpartidário e pluriideológico desde sua origem — condição necessária para operar como política de alcance amplo e não como instrumento de um campo político específico, o que o distingue de iniciativas como o Emily's List, vinculada ao Partido Democrata americano. Quarto, está desenhado para funcionar como nó articulador entre as demais iniciativas existentes, potencializando sinergias em vez de competir por espaço no ecossistema já formado.

Nesse sentido, o conceito de mentoria política como tecnologia institucional de redução de desigualdades, já enunciado neste trabalho, ganha concretude: trata-se não apenas de uma atividade formativa ou inspiracional, mas de um mecanismo sistêmico de redistribuição de acesso a redes, informação e oportunidades políticas.

Em particular, a proposta articula quatro componentes frequentemente tratados de forma isolada em programas de formação política:

i) desenvolvimento pessoal e liderança política;

ii) desenvolvimento de competências e repertório institucional;

iii) acesso a redes políticas e capital relacional;

iv) orientação estratégica para navegação em estruturas partidárias e institucionais.

Além de atuar diretamente sobre as trajetórias das participantes, o programa está concebido para funcionar como um nó articulador — um hub — entre as iniciativas já existentes no campo da participação política feminina no Brasil e no exterior. Em vez de operar de forma isolada ou concorrente, o modelo busca integrar-se ao ecossistema já formado por organizações como RenovaBR, IBAM, ONU Mulheres, fundações partidárias e redes internacionais como a Vital Voices e a Westminster Foundation for Democracy.

Na prática, esse posicionamento de hub opera em três direções. Na entrada, o programa recebe mulheres que já passaram por etapas iniciais de formação em outras iniciativas, como cursos da RenovaBR ou programas de fundações partidárias, oferecendo o aprofundamento via mentoria individual que essas iniciativas não oferecem. No percurso, conecta as participantes a oportunidades existentes no ecossistema: financiamento eleitoral acessível, redes de candidatas, programas de capacitação complementares e suporte jurídico para a formalização de candidaturas. Na saída, as egressas do programa alimentam a rede de ex-participantes, que se torna, ela mesma, parte da estrutura de mentoria para ciclos futuros, e são referenciadas para iniciativas de maior escala, como programas internacionais de liderança feminina.

Esse posicionamento é viabilizado por três características estruturais do modelo: sua neutralidade partidária, que permite parcerias com organizações de diferentes campos políticos; seu foco em trajetórias individuais, que é complementar, e não substitutivo, ao foco em formação coletiva das demais iniciativas; e sua estrutura de rede de mentoras, que já é, em si mesma, uma rede política com capilaridade territorial. O programa, portanto, não pretende substituir o ecossistema existente, mas conectá-lo, densificá-lo e ampliar sua capacidade de produzir trajetórias políticas femininas sustentáveis.

Ao combinar essas dimensões em um único programa estruturado de mentoria, a iniciativa busca reduzir assimetrias históricas de acesso a informação, redes e oportunidades que caracterizam o recrutamento político nas democracias contemporâneas (NORRIS; LOVENDUSKI, 1995).

Dessa forma, o programa não se limita a estimular a participação política feminina, mas procura contribuir para a construção de trajetórias políticas sustentáveis, ampliando as condições para que mulheres ingressem, permaneçam e avancem em posições de liderança política.

5.1 Objetivo do programa

O objetivo geral do programa é ampliar a participação feminina na política brasileira por meio do fortalecimento de lideranças emergentes e da construção de redes de apoio político entre mulheres.

Entre os objetivos específicos destacam-se:

- estimular o interesse e a ambição política entre mulheres com potencial de liderança;
- fortalecer competências relacionadas à atuação política e eleitoral;
- ampliar o acesso das participantes a redes políticas e institucionais;
- reduzir barreiras de informação sobre funcionamento do sistema político e eleitoral;
- apoiar a construção de trajetórias políticas sustentáveis.

5.2 Público-alvo

O programa será direcionado a mulheres com interesse em atuar na política institucional, especialmente aquelas que apresentam potencial de liderança em diferentes áreas da sociedade.

O público prioritário inclui:

- lideranças comunitárias e sociais;
- profissionais com atuação em organizações da sociedade civil;
- servidoras públicas interessadas em disputar cargos eletivos;
- jovens lideranças políticas;
- mulheres com experiência em movimentos sociais ou associativos.

A seleção das participantes deverá considerar critérios de diversidade regional, racial e socioeconômica, de forma a ampliar a pluralidade de trajetórias representadas no programa.

Um aspecto central do modelo proposto diz respeito à lógica de acesso ao programa. Diferentemente de iniciativas de formação política que operam por chamamento público amplo, nas quais a entrada é determinada pela autopercepção da candidata sobre seu próprio potencial, o presente programa estrutura-se a partir de um modelo de acesso por indicação qualificada. Nessa concepção, o ponto de partida não é a mulher que acredita que deveria entrar na rede, mas a mulher que lideranças políticas experientes reconhecem como tendo potencial para transformar sua trajetória por meio da mentoria.

Essa distinção é relevante por duas razões. Primeira: a literatura sobre ambição política demonstra que mulheres tendem a subestimar seu próprio potencial e a exigir de si um nível de qualificação mais elevado do que o cobrado de homens para considerar a candidatura (LAWLESS; FOX, 2013). Um processo baseado em

autoproposta tende, portanto, a reproduzir esse viés, recrutando preferencialmente as mulheres que já superaram a barreira simbólica da ambição política, e deixando de fora justamente aquelas para quem o programa seria mais transformador. Segunda: a indicação por parte de mentoras e lideranças conectadas à rede amplia o alcance do programa para perfis que dificilmente acessariam um edital público, lideranças comunitárias em territórios periféricos, mulheres em movimentos sociais com forte enraizamento local mas baixa visibilidade institucional, e jovens lideranças ainda em formação de identidade política.

A diversidade ideológica das participantes é condição constitutiva do programa, não variável secundária. O programa se propõe a atender mulheres de diferentes espectros político-partidários, garantindo que a rede formada seja plural e não capturada por nenhum campo político específico. Para operacionalizar esse compromisso, o processo seletivo adotará, como critério de composição de cada turma, a representação de ao menos três espectros político-ideológicos distintos, esquerda, centro e direita, incluindo mulheres sem filiação partidária. O monitoramento da diversidade ideológica será realizado a cada ciclo por meio de indicador específico, distribuição das participantes por espectro político-ideológico autodeclarado, com meta de nenhum campo representar mais de 50% das vagas em qualquer turma. Os resultados desse monitoramento integrarão o relatório de avaliação ao final de cada ciclo, garantindo transparência e possibilidade de correção de rota.

5.3 Estrutura do programa de mentoria

O modelo proposto combina desenvolvimento pessoal, formação política, mentoria individual e construção de redes, organizadas em três eixos principais.

5.3.1. Desenvolvimento pessoal e liderança política

O programa incorpora um eixo específico de desenvolvimento pessoal e liderança política, voltado ao fortalecimento da identidade, autoconfiança e posicionamento das participantes. Essa dimensão contempla atividades estruturadas de:

- autoconhecimento, incluindo reflexão sobre trajetória pessoal;
- propósito político;
- construção de narrativa pública;
- enfrentamento de barreiras simbólicas associadas à atuação feminina na política; e
- desenvolvimento de competências relacionadas à liderança, tais como tomada de decisão, comunicação assertiva, gestão de conflitos e exercício de influência em ambientes institucionais.

Esse eixo reconhece que a participação política não depende apenas de conhecimentos técnicos e acesso a redes, mas também da construção de uma identidade política sólida e da capacidade de atuação estratégica em contextos de alta complexidade e pressão.

5.3.2 Formação política e institucional

Este eixo consiste em um conjunto de módulos formativos voltados ao desenvolvimento de competências políticas e institucionais. Entre os temas abordados destacam-se:

- funcionamento do sistema político brasileiro;
- sistema eleitoral e legislação eleitoral;
- comunicação política e construção de narrativa pública;
- planejamento e gestão de campanhas eleitorais;
- financiamento político e arrecadação de recursos;
- formulação de políticas públicas;
- negociação política e construção de coalizões.

Essa etapa busca reduzir desigualdades de informação e ampliar o repertório político das participantes.

5.3.3 Mentoria política

A mentoria constitui o núcleo central do programa. Cada participante será acompanhada por uma mentora com experiência política relevante, como:

- parlamentares;
- ex-parlamentares;
- gestoras públicas;
- lideranças políticas experientes;
- especialistas em campanhas eleitorais.

A mentoria ocorrerá ao longo de um ciclo estruturado de encontros periódicos, nos quais serão discutidos temas como:

- construção de trajetória política;
- estratégias de inserção partidária;
- posicionamento político e construção de identidade pública;
- gestão de desafios e barreiras institucionais.

A relação de mentoria permite a transmissão de conhecimento tácito sobre o funcionamento da política, algo que muitas vezes não está disponível em cursos formais.

5.3.4. Construção de redes políticas

Além da mentoria individual, o programa promoverá atividades voltadas à ampliação das redes de contato das participantes. Entre essas atividades destacam-se:

- encontros com lideranças políticas e institucionais;
- eventos de networking político;
- seminários temáticos sobre participação feminina na política;
- integração entre participantes de diferentes edições do programa.

A construção de redes políticas é considerada um fator crucial para o acesso a oportunidades de candidatura e participação política (NORRIS; LOVENDUSKI, 1995).

5.4 Duração e formato do programa

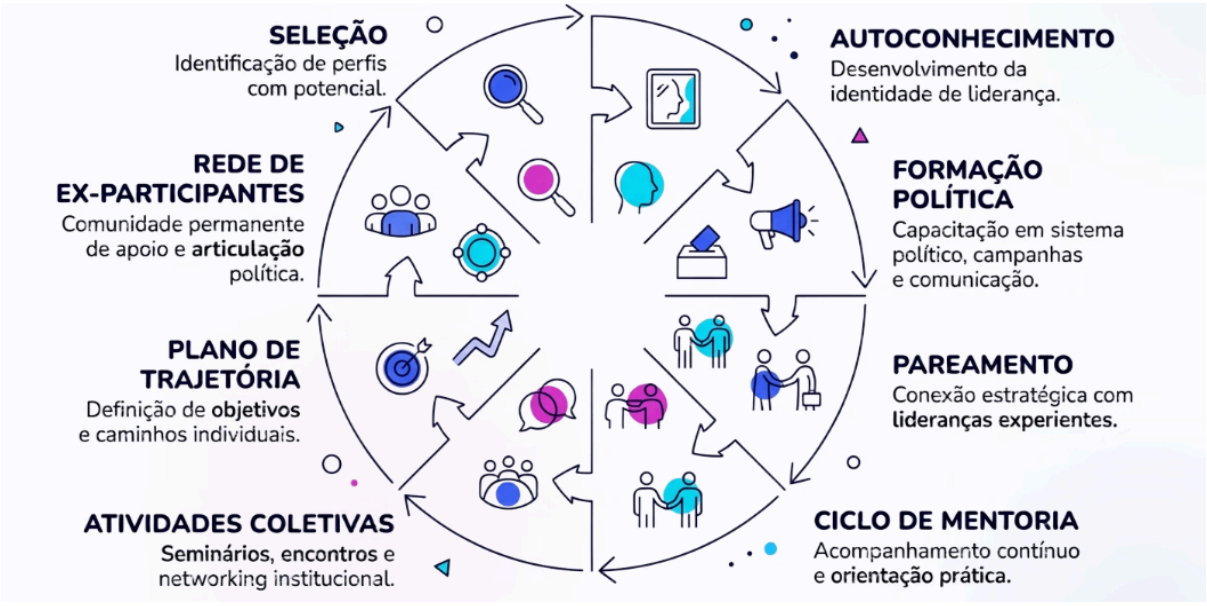
O programa será estruturado em ciclos anuais com duração aproximada de **seis a nove meses**, combinando atividades presenciais e virtuais.

Cada ciclo poderá contemplar:

- formação política inicial (módulos estruturados);
- encontros regulares de mentoria;
- eventos coletivos de formação e networking;
- acompanhamento de trajetórias das participantes.

Ao final do ciclo, as participantes integrarão uma **rede permanente de ex-alunas**, fortalecendo a continuidade das conexões estabelecidas durante o programa.

Figura 1 – Modelo de Jornada de Desenvolvimento da Liderança Política Feminina



Fonte: elaboração própria.

5.5 Governança institucional

A implementação do programa poderá envolver diferentes atores institucionais, incluindo:

- organizações da sociedade civil;
- universidades e centros de pesquisa;
- fundações partidárias;
- organismos internacionais;
- instituições públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero.

A governança do programa deverá garantir autonomia institucional, diversidade política e compromisso com a promoção da igualdade de gênero na política.

Um risco institucional relevante é a captura ideológica do programa por um campo político específico, seja por meio do processo seletivo, da composição da rede de mentoras ou das parcerias institucionais. Para mitigar esse risco, o modelo prevê: um comitê de governança com representação plural, incluindo membros de diferentes espectros partidários e representantes da sociedade civil sem filiação; auditoria da diversidade ideológica a cada ciclo, com publicação dos resultados no relatório anual do programa; e cláusula estatutária que veda a vinculação formal do programa a qualquer partido político ou candidatura específica. Essas salvaguardas são condição de legitimidade do programa junto a potenciais financiadores institucionais e parceiros internacionais, que costumam exigir evidências de neutralidade político-partidária como critério de elegibilidade para apoio.

5.6 Indicadores de monitoramento e impacto

A avaliação do programa deverá considerar indicadores de curto, médio e longo prazo. Entre os principais indicadores destacam-se:

Indicadores de curto prazo

- número de mulheres participantes;
- diversidade regional e social das participantes;
- taxa de conclusão do programa.

Indicadores de médio prazo:

- participação das egressas em partidos ou campanhas
- ampliação das redes políticas
- envolvimento em candidaturas.

Indicadores de longo prazo:

- número de candidaturas femininas

- número de mulheres eleitas
- permanência na vida política.

Esses indicadores permitirão avaliar o impacto do programa sobre as trajetórias políticas das participantes.

5.6 Sensibilidade do programa às desigualdades de tempo e cuidado

A literatura sobre participação política destaca que a desigualdade na divisão do trabalho doméstico e de cuidado constitui uma das principais barreiras à participação política feminina. Mulheres dedicam, em média, significativamente mais tempo a atividades domésticas e de cuidado familiar, o que reduz sua disponibilidade para atividades públicas, incluindo a participação em partidos, campanhas e cargos políticos (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995; PAXTON; HUGHES; GREEN, 2007).

Embora programas de formação política não possam resolver diretamente essa desigualdade estrutural, seu desenho institucional pode contribuir para reduzir os custos de participação política das mulheres. Nesse sentido, o modelo de mentoria proposto incorpora princípios de sensibilidade às desigualdades de tempo e cuidado, por meio da adoção de estratégias como flexibilidade de horários, combinação de atividades presenciais e virtuais, planejamento antecipado do calendário de encontros e criação de ambientes institucionais que reconheçam os desafios de conciliação entre vida pública e responsabilidades familiares.

5.7 Orçamento estimado

A estimativa de custos do programa considera os principais componentes operacionais necessários à sua implementação, abrangendo recursos humanos, desenvolvimento e execução das atividades formativas, infraestrutura tecnológica, realização de eventos e estratégias de monitoramento e avaliação, de modo a garantir a efetividade e a sustentabilidade da iniciativa.

Em sua fase inicial, o programa pode ser implementado em formato piloto, com escopo reduzido e foco em validação metodológica, permitindo ajustes progressivos antes de sua expansão em maior escala.

Os custos do programa podem ser organizados em categorias principais, conforme apresentado na Tabela 03.

Tabela 03 - Categoria dos custos do programa

Categoria	Descrição	Tipo de	Observações

		custo	
Coordenação do programa	Gestão geral, planejamento e articulação institucional	Fixo	Equipe mínima necessária
Equipe pedagógica	Elaboração de conteúdos, condução da formação e trilha de desenvolvimento pessoal	Fixo	Pode envolver especialistas externos
Mentoras	Incentivos, bolsas ou apoio à participação	Variável	Pode incluir participação voluntária
Plataforma tecnológica	Ambiente virtual, suporte e ferramentas digitais	Fixo	Estrutura escalável
Eventos e encontros	Atividades presenciais, networking e seminários	Variável	Principal componente de custo variável
Comunicação e mobilização	Divulgação, seleção e engajamento das participantes	Variável	Essencial para alcance e diversidade
Monitoramento e avaliação	Acompanhamento de indicadores e avaliação de impacto	Fixo	Fundamental para sustentabilidade

Fonte: elaboração própria

Destaca-se que a estrutura de custos pode ser significativamente otimizada por meio da articulação com atores institucionais, como universidades, organizações da sociedade civil e fundações, que podem contribuir com recursos técnicos, humanos e logísticos. A utilização de plataformas digitais e a adoção de formatos híbridos também contribuem para a redução de custos operacionais e ampliação do alcance do programa.

Nesse sentido, o financiamento da iniciativa pode ser estruturado a partir de um modelo híbrido, combinando diferentes fontes de recursos, como apoio de organismos internacionais, parcerias com instituições públicas e privadas, e colaboração com fundações partidárias. Essa diversificação contribui para reduzir riscos financeiros e aumentar a sustentabilidade do programa ao longo do tempo.

6. Análise de Viabilidade e Riscos

A implementação de um programa de mentoria voltado à ampliação da participação feminina na política requer a análise de fatores institucionais, políticos e operacionais que possam influenciar sua efetividade. Iniciativas dessa natureza dependem da articulação entre diferentes atores, da mobilização de recursos institucionais e da construção de legitimidade política e social para sua implementação.

Programas de formação e mentoria política têm sido utilizados em diferentes países como instrumentos de fortalecimento da liderança feminina e ampliação do acesso de mulheres às arenas políticas institucionais. Entretanto, a efetividade dessas iniciativas depende da capacidade de adaptação ao contexto político e institucional em que são implementadas (SANBONMATSU, 2015).

Nesse sentido, a presente seção analisa a viabilidade da proposta de mentoria política apresentada neste trabalho, considerando quatro dimensões principais: i) teoria da mudança do programa; ii) Projeto Piloto para Implementação e Validação do Modelo de Mentoria Política Feminina; iii) viabilidade institucional e política; iv) estrutura operacional da iniciativa; e v) riscos potenciais e estratégias de mitigação.

6.1 Teoria da Mudança do Programa

A Teoria da Mudança constitui uma ferramenta analítica utilizada em políticas públicas para explicitar as relações causais entre as atividades implementadas, os resultados esperados e os impactos de longo prazo. Essa abordagem permite estruturar de forma lógica os mecanismos pelos quais uma intervenção busca produzir mudanças em determinado problema público (WEISS, 1995).

No caso da presente proposta, a teoria da mudança parte do diagnóstico de que a baixa participação feminina na política brasileira está associada a múltiplos fatores, incluindo barreiras institucionais, desigualdade no acesso a redes políticas, déficit de informação sobre o funcionamento do sistema político e menor estímulo à ambição política feminina.

A partir desse diagnóstico, o programa de mentoria propõe atuar sobre quatro mecanismos centrais:

1. **Trilha de autoconhecimento,** voltada ao desenvolvimento da identidade de liderança, propósito político e posicionamento das participantes, por meio da reflexão sobre trajetória, narrativa pessoal e superação de crenças limitantes, contribuindo para o fortalecimento da autoconfiança e da atuação em ambientes políticos complexos.
2. **Ampliação do capital político das participantes**, por meio da transmissão de conhecimento estratégico sobre o funcionamento do sistema político e eleitoral.

3. **Fortalecimento das redes políticas femininas**, conectando lideranças emergentes a mentoras com experiência institucional.
4. **Desenvolvimento de competências políticas e confiança para atuação pública**, estimulando trajetórias políticas sustentáveis.

Esses mecanismos são operacionalizados por meio de atividades de autoconhecimento, formação política, mentoria individual e construção de redes institucionais. Espera-se que tais atividades contribuam para aumentar o número de mulheres preparadas e dispostas a disputar cargos políticos, ampliando gradualmente a presença feminina nas instituições representativas.

Em termos de resultados esperados, a teoria da mudança prevê uma sequência de impactos:

Curto prazo

- aumento do conhecimento político das participantes;
- ampliação de redes de contato político;
- fortalecimento da autoconfiança para atuação política.

Médio prazo

- maior participação das egressas em organizações partidárias e campanhas eleitorais;
- aumento do número de candidaturas femininas competitivas.

Longo prazo

- ampliação da presença feminina em cargos eletivos e posições de liderança política.

A lógica causal do programa pode ser sintetizada na Teoria da Mudança apresentada na Figura 02, que explicita os mecanismos por meio dos quais a mentoria política busca contribuir para a ampliação da participação feminina nas instituições políticas.

Figura 02 – Teoria da Mudança do Programa de Mentoria para Ampliação da Participação Feminina na Política



Fonte: Elaboração própria com base em Weiss (1995), Norris e Lovenduski (1995) e Paxton, Hughes e Green (2007).

6.2 Projeto Piloto para Implementação e Validação do Modelo de Mentoria Política Feminina

A proposta de mentoria política desenvolvida ao longo deste trabalho foi concebida como um modelo estruturado de intervenção, fundamentado em evidências empíricas e adaptado ao contexto institucional brasileiro. Todavia, a efetividade de qualquer modelo de intervenção aplicada depende, em larga medida,

de sua capacidade de ser testado, ajustado e validado em condições reais de implementação. É nesse sentido que se propõe a realização de um **projeto piloto**, entendido como uma estratégia de implementação em escala reduzida, voltada à validação metodológica, ao aprimoramento operacional e à geração de evidências sobre a efetividade do modelo antes de sua expansão em maior escala.

A literatura sobre avaliação de políticas públicas e programas sociais reconhece os projetos-piloto como instrumentos relevantes para a construção de evidências e a redução de riscos associados à implementação de novas intervenções (WEISS, 1995). No campo da formação política, experiências como o programa Emerge America e as iniciativas da Westminster Foundation for Democracy demonstram que a testagem em escala reduzida contribui para identificar gargalos operacionais, calibrar metodologias e fortalecer a credibilidade institucional da proposta (SANBONMATSU, 2015).

O projeto piloto proposto estrutura-se em **seis meses de duração**, com a participação de **20 mulheres** selecionadas por processo criterioso, e conta com uma rede de **8 mentoras** com experiência política e institucional relevante. O formato é **híbrido**, combinando atividades presenciais — concentradas em Brasília-DF — e virtuais, de modo a contemplar a diversidade territorial do país e reduzir barreiras de acesso à participação. O detalhamento completo da estrutura operacional, das etapas, dos recursos humanos envolvidos e dos custos estimados consta no **Anexo A** deste trabalho.

O processo seletivo, realizado no primeiro mês, privilegia a diversidade regional como critério estruturante, distribuindo as vagas proporcionalmente entre as cinco regiões do país: Nordeste (30%), Sudeste (25%), Norte (20%), Sul (15%) e Centro-Oeste (10%). Além do critério obrigatório de gênero feminino, são avaliados o potencial de mobilização social, o interesse em atuação política ou comunitária e os trabalhos com impacto social já desenvolvidos pelas candidatas.

O piloto está organizado em quatro etapas. A **Etapa 1** (Mês 1) compreende o processo seletivo. A **Etapa 2** (Mês 2) consiste em imersão presencial de dois dias em Brasília-DF, incluindo treinamentos de liderança, workshops de comunicação política e a vinculação entre mentoras e mentoradas, seguida da primeira mentoria individual online, com construção do Plano de Ação Individual. A **Etapa 3** (Meses 3

a 5) corresponde ao ciclo de formação continuada e mentoria individual, com encontros coletivos mensais online de quatro horas e sessões individuais de mentoria de uma hora e trinta minutos, organizados em torno do desenvolvimento progressivo dos planos de trajetória política. A **Etapa 4** (Mês 6) encerra o piloto com um encontro presencial em Brasília-DF para apresentação dos planos de trajetória, avaliação por banca, networking com lideranças políticas e cerimônia de certificação.

O quadro a seguir apresenta a síntese da estrutura do piloto, com as etapas, atividades principais e subtotais de custo estimados para cada mês de implementação.

Quadro 6 – Síntese estrutural do projeto piloto de mentoria política

Mês	**Etapa**	**Atividade Principal**	**Subtotal Estimado**
Mês 1	Etapa 1 – Processo Seletivo	Divulgação, inscrições, questionários e entrevistas online	R$ 20.300,00
Mês 2	Etapa 2 – Imersão Presencial	Imersão 2 dias (Brasília-DF) + 1ª mentoria individual	R$ 103.840,00
Mês 3	Etapa 3 – Formação Continuada	Encontro coletivo online (4h) + mentoria individual (1h30) + início do plano de trajetória	R$ 15.700,00
Mês 4	Etapa 3 – Desenvolvimento	Encontro coletivo online (4h) + mentoria individual (1h30) + aprofundamento do plano	R$ 15.700,00
Mês 5	Etapa 3 – Consolidação	Encontro coletivo online (4h) + mentoria individual (1h30) + finalização do plano de trajetória	R$ 15.700,00
Mês 6	Etapa 4 – Encerramento	Evento presencial (Brasília-DF): apresentação dos planos, banca avaliadora, networking e certificação	R$ 92.540,00
Subtotal (sem contingência)			**R$ 263.780,00**
Contingência (10%)			R$ 26.378,00
TOTAL COM CONTINGÊNCIA			**R$ 290.158,00**
Custo estimado por participante			*R$ 14.507,90*

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Do ponto de vista financeiro, o piloto caracteriza-se como uma intervenção de custo moderado, estimado em **R$ 290 mil** com contingência de 10%, o que representa um custo médio de **R$ 14.507,90** por participante ao longo dos seis meses. O maior componente de custo concentra-se nos eventos presenciais dos meses 2 e 6, em razão das despesas de logística — passagens aéreas, hospedagem e alimentação para as participantes e mentoras —, que respondem por aproximadamente 74,4% do total da fase. A adoção do modelo híbrido reduz consideravelmente os custos operacionais nos meses de formação continuada (meses 3 a 5), mantendo o programa acessível à escala prevista.

A equipe mínima necessária para a operacionalização do piloto envolve uma coordenadora do projeto em regime integral, uma profissional de design e comunicação em regime parcial, uma assistente administrativa para suporte logístico e pedagógico, além de professores e facilitadores contratados por módulo, a rede de 8 mentoras e uma equipe de gravação para os eventos presenciais. As mentoras poderão atuar de forma voluntária ou mediante cachê, a depender da viabilidade de captação de recursos. A participação voluntária das mentoras representa uma alavanca relevante de redução de custos, podendo diminuir o total estimado em aproximadamente R$ 25.000,00.

O piloto deverá ser objeto de monitoramento sistemático com base nos indicadores definidos na seção 5.6 deste trabalho, abrangendo dimensões de curto prazo, como o número de participantes, a taxa de conclusão e a diversidade regional e social das egressas, de médio prazo — como a participação em partidos ou campanhas eleitorais e o envolvimento em candidaturas —, e de longo prazo — como o número de candidaturas femininas lançadas e de mulheres eleitas entre as egressas do programa. Os resultados obtidos deverão orientar os ajustes metodológicos necessários para a eventual expansão do modelo em ciclos subsequentes.

Em síntese, o projeto piloto aqui proposto representa a etapa inicial e indispensável para a validação do modelo de mentoria política feminina desenvolvido neste trabalho. Ao operar em escala reduzida e em condições controladas, o piloto permitirá testar a coerência entre a teoria da mudança, a

estrutura operacional e os resultados esperados, gerando subsídios empíricos para o aperfeiçoamento contínuo do programa e para a construção de uma agenda mais robusta de promoção da participação política das mulheres no Brasil.

6.3 Viabilidade institucional e política

A implementação de um programa de mentoria política voltado à ampliação da participação feminina apresenta condições favoráveis no contexto brasileiro atual, considerando a crescente visibilidade do tema da igualdade de gênero na política e a existência de marcos legais voltados à promoção da participação feminina.

A legislação eleitoral brasileira estabelece mecanismos de incentivo à participação feminina, como a reserva mínima de candidaturas por gênero nas eleições proporcionais e a destinação de recursos do fundo eleitoral para campanhas de mulheres (SACCHET; SPECK, 2012). Além disso, a aprovação da Lei nº 14.192/2021, que tipifica a violência política de gênero, evidencia o reconhecimento institucional da necessidade de enfrentar obstáculos específicos enfrentados por mulheres na política.

Outro fator que favorece a viabilidade institucional da proposta é a existência de múltiplos atores interessados na promoção da igualdade de gênero na política, incluindo organizações da sociedade civil, universidades, organismos internacionais e fundações partidárias.

Nesse contexto, programas de mentoria política podem atuar como instrumentos complementares às políticas institucionais já existentes, contribuindo para fortalecer o recrutamento político feminino e ampliar o número de mulheres que ingressam na vida política.

6.3 Mapa de atores políticos

A implementação do programa envolve a articulação entre diferentes atores institucionais que podem desempenhar papéis distintos na viabilização da iniciativa.

Entre os principais atores destacam-se:

Organizações da sociedade civil

Organizações voltadas à promoção da participação política feminina podem atuar como responsáveis pela coordenação do programa, mobilização de participantes e organização das atividades formativas.

Instituições acadêmicas

Universidades e centros de pesquisa podem contribuir com a elaboração dos conteúdos formativos, produção de conhecimento e avaliação do impacto do programa.

Fundações partidárias

As fundações vinculadas a partidos políticos possuem papel relevante na formação política e podem apoiar iniciativas voltadas à capacitação de lideranças femininas.

Organismos internacionais

Instituições como ONU Mulheres, PNUD e fundações internacionais frequentemente apoiam iniciativas de promoção da igualdade de gênero e podem contribuir com financiamento, apoio técnico e visibilidade institucional.

Lideranças políticas femininas

Mulheres com experiência política constituem atores centrais para o funcionamento do programa, atuando como mentoras e referências para as participantes.

A atuação desses atores pode ser compreendida de forma mais sistemática a partir de suas contribuições específicas para a implementação do programa, conforme apresentado na Tabela 04. Essa análise permite identificar não apenas os papéis institucionais, mas também os diferentes tipos de recursos mobilizados, incluindo dimensões financeiras, técnicas, políticas e simbólicas.

Tabela 04 - Atores x contribuição

Ator	**Papel no programa**	**Tipo de recurso mobilizado**	**Contribuição estratégica**
Organizações da sociedade civil	Coordenação e execução do programa	Operacional e institucional	Gestão do programa, seleção de participantes e articulação geral
Universidades e centros de pesquisa	Produção de conteúdo e avaliação	Técnico e metodológico	Desenvolvimento pedagógico e avaliação de impacto
Fundações partidárias	Formação política e acesso institucional	Político e relacional	Ampliação do acesso a redes partidárias e conhecimento institucional
Organismos internacionais	Apoio financeiro e técnico	Financeiro e institucional	Financiamento, legitimidade e difusão de boas práticas

Lideranças políticas femininas	Mentoria e referência	Simbólico e relacional	Transferência de conhecimento tácito e fortalecimento de redes
Especialistas e consultores	Apoio técnico especializado	Técnico	Contribuição em temas específicos (campanha, comunicação etc.)

Fonte: Elaboração própria

6.4 Estrutura operacional da mentoria

A operacionalização do programa deverá integrar, de forma articulada, as dimensões técnica, relacional e de desenvolvimento pessoal, reconhecendo que a formação de lideranças políticas femininas envolve não apenas aquisição de conhecimento, mas também o fortalecimento de identidade e posicionamento político. A estrutura operacional proposta inclui três níveis principais.

6.4.1 Coordenação do programa

Responsável pela gestão geral da iniciativa, incluindo planejamento das atividades, seleção das participantes, mobilização de mentoras e articulação com parceiros institucionais.

6.4.2 Equipe pedagógica

Responsável pela elaboração dos conteúdos formativos, organização dos módulos de capacitação e acompanhamento pedagógico das participantes, incluindo a condução da trilha de desenvolvimento pessoal e liderança política, com foco no fortalecimento da identidade, autoconfiança e posicionamento das participantes.

6.4.3 Rede de mentoras

Constituída por mulheres com experiência política ou institucional relevante, responsáveis por acompanhar individualmente as participantes durante o ciclo do programa.

O processo de mentoria deverá ser estruturado a partir de encontros periódicos entre mentoras e mentoradas, combinando orientação estratégica, troca de experiências e acompanhamento do desenvolvimento das participantes.

6.5 Riscos e estratégias de mitigação

Como qualquer política pública ou programa social, a implementação da iniciativa proposta está sujeita a riscos que podem afetar sua efetividade. Entre os principais riscos identificados destacam-se:

Baixa adesão de lideranças políticas experientes ao papel de mentoras

A disponibilidade de mentoras com experiência política pode ser limitada. Para mitigar esse risco, o programa pode estabelecer parcerias com organizações políticas e redes de mulheres líderes.

Dificuldade de financiamento contínuo

Programas de formação política dependem frequentemente de recursos institucionais para sua sustentabilidade. A diversificação das fontes de financiamento, incluindo parcerias com fundações e organismos internacionais, pode reduzir esse risco.

Descontinuidade institucional

Mudanças políticas ou institucionais podem afetar a continuidade do programa. A criação de redes amplas de apoio e a institucionalização da iniciativa em organizações consolidadas podem contribuir para sua sustentabilidade.

Baixa conversão em candidaturas efetivas

Nem todas as participantes necessariamente se tornarão candidatas. Entretanto, mesmo nesses casos, o programa pode contribuir para ampliar a presença feminina em diferentes espaços de liderança política e social.

A tabela 05 apresenta de forma simplificada os riscos em cada etapa e estratégias de mitigação.

Tabela 05 - Análise de gargalos e estratégias de mitigação

Etapa	Gargalo	Causa	Impacto	Mitigação
Seleção	Baixa diversidade real	redes já elitizadas	baixa inclusão	critérios afirmativos
Autoconhecimento	Baixa adesão	percepção de baixa utilidade	perda de impacto	vincular à prática política
Mentoria	Falta de mentoras	baixa disponibilidade	quebra do modelo	incentivos e parcerias
Redes	Baixa conversão	barreiras partidárias	pouca inserção real	articulação institucional
Pós-programa	Descontinuidade	ausência de suporte	perda de trajetória	rede ativa de ex-alunas

Fonte: Elaboração própria, 2026.

6.6 Viabilidade do Programa de Mentoria Política

A viabilidade do programa de mentoria política proposto deve ser analisada a partir de uma perspectiva multidimensional, que considere não apenas a disponibilidade de recursos financeiros, mas também a capacidade de articulação institucional, mobilização de atores estratégicos e sustentabilidade operacional ao longo do tempo. Nesse sentido, a implementação da iniciativa apresenta condições favoráveis no contexto brasileiro contemporâneo, embora dependa de estratégias específicas para mitigação de limitações estruturais.

A implementação do programa pode ser iniciada de forma gradual, por meio de projetos-piloto em escala reduzida, o que permite testar a metodologia, ajustar a estrutura operacional e ampliar sua efetividade antes de uma eventual expansão.

Do ponto de vista financeiro, o programa caracteriza-se como uma intervenção de custo moderado quando comparado a políticas públicas tradicionais, especialmente por não demandar infraestrutura física intensiva e por possibilitar a adoção de formatos híbridos (presencial e virtual). Estima-se que o custo por ciclo de implementação, com duração entre seis e nove meses, possa variar conforme a escala e o nível de estruturação, sendo significativamente influenciado por fatores como número de participantes, realização de eventos presenciais e grau de institucionalização da equipe executora. A adoção de estratégias de otimização de custos, como o uso de plataformas digitais, parcerias institucionais e participação

voluntária ou incentivada de mentoras, contribui para ampliar a eficiência do programa.

Entretanto, a viabilidade da proposta não se restringe à dimensão financeira. A implementação do programa depende de um conjunto mais amplo de recursos, incluindo capital humano qualificado, legitimidade institucional e acesso a redes políticas. A coordenação do programa requer equipe técnica com capacidade de gestão, desenho pedagógico e articulação interinstitucional. A equipe pedagógica desempenha papel central na elaboração dos conteúdos formativos e na condução da trilha de desenvolvimento pessoal e liderança política, enquanto a rede de mentoras constitui ativo estratégico fundamental para a transferência de conhecimento tácito e ampliação do capital político das participantes.

Além disso, recursos institucionais e simbólicos são determinantes para o sucesso da iniciativa. A credibilidade do programa, sua capacidade de atrair participantes qualificadas e o engajamento de lideranças políticas experientes estão diretamente relacionados ao reconhecimento institucional dos atores envolvidos. Nesse sentido, a participação de organizações da sociedade civil, universidades, fundações partidárias e organismos internacionais contribui para fortalecer a legitimidade e ampliar o alcance do programa.

A análise da viabilidade também evidencia a importância de um arranjo institucional colaborativo. O programa apresenta maior potencial de implementação quando estruturado como iniciativa interorganizacional, combinando diferentes competências e fontes de recursos. Organizações da sociedade civil podem assumir a coordenação e execução operacional, enquanto universidades e centros de pesquisa contribuem com conteúdo e avaliação de impacto. Fundações partidárias e lideranças políticas atuam na ampliação do acesso a redes institucionais, e organismos internacionais podem oferecer apoio financeiro e técnico.

Do ponto de vista operacional, o fluxo de implementação do programa, que envolve seleção de participantes, formação inicial, desenvolvimento da trilha de autoconhecimento, pareamento com mentoras, ciclo de mentoria, atividades coletivas e construção de redes, apresenta elevada coerência interna e alinhamento com a teoria da mudança proposta. No entanto, a análise do fluxo operacional permite identificar gargalos potenciais em etapas críticas, como a mobilização de mentoras qualificadas, a adesão das participantes à trilha de desenvolvimento pessoal e a conversão das redes estabelecidas em oportunidades políticas concretas. A antecipação desses gargalos e a adoção de estratégias de mitigação, como incentivos à participação, integração entre eixos do programa e articulação com atores institucionais, são fundamentais para garantir a efetividade da iniciativa.

Outro aspecto relevante refere-se à sustentabilidade do programa ao longo do tempo. Iniciativas dessa natureza frequentemente enfrentam desafios relacionados à continuidade institucional e à estabilidade de financiamento. Para mitigar esse

risco, recomenda-se a adoção de um modelo híbrido de financiamento, combinando recursos provenientes de organismos internacionais, fundações, parcerias institucionais e eventuais aportes públicos. A diversificação das fontes de financiamento contribui para reduzir a dependência de um único ator e aumentar a resiliência da iniciativa frente a mudanças no contexto político e institucional.

Por fim, a viabilidade da proposta deve ser analisada também sob a perspectiva de escalabilidade. O modelo de mentoria proposto apresenta características favoráveis à replicação em diferentes contextos territoriais, especialmente devido à possibilidade de adaptação metodológica e uso de ferramentas digitais. A criação de uma rede de ex-participantes e a institucionalização de práticas de monitoramento e avaliação podem contribuir para a consolidação do programa e sua expansão gradual.

Em síntese, o programa de mentoria política apresenta elevada viabilidade, desde que estruturado a partir de arranjos institucionais colaborativos, estratégias de financiamento diversificadas e mecanismos de gestão capazes de antecipar e mitigar gargalos operacionais. Ao articular recursos financeiros, humanos, institucionais e simbólicos, a iniciativa possui potencial para se consolidar como instrumento relevante de promoção da participação feminina na política brasileira.

7. Conclusão

A sub-representação feminina na política brasileira permanece como um dos principais desafios para a consolidação de uma democracia mais inclusiva e representativa. Apesar dos avanços institucionais observados nas últimas décadas, como a adoção de cotas de candidaturas por gênero e a destinação de recursos eleitorais para campanhas femininas, a presença de mulheres em cargos eletivos ainda se mantém significativamente inferior à proporção feminina na população brasileira.

A literatura analisada ao longo deste trabalho demonstra que essa desigualdade não pode ser explicada apenas por fatores institucionais formais, mas resulta da combinação de diferentes barreiras estruturais, organizacionais, culturais e por vezes invisíveis, que influenciam as trajetórias políticas das mulheres. Entre esses fatores destacam-se as dificuldades de acesso a redes políticas estratégicas, o menor recrutamento ativo por partidos políticos, a persistência de padrões de socialização que desestimulam a ambição política feminina e as assimetrias de informação sobre o funcionamento das instituições políticas (NORRIS; LOVENDUSKI, 1995; PAXTON; HUGHES; GREEN, 2007; LAWLESS; FOX, 2013).

Nesse contexto, o presente trabalho buscou contribuir para o debate sobre ampliação da participação feminina na política por meio da elaboração de uma proposta aplicada de intervenção baseada em programas de mentoria política. A

análise de experiências nacionais e internacionais demonstrou que iniciativas de formação política e construção de redes podem desempenhar papel relevante na redução de barreiras de entrada na política e no fortalecimento de trajetórias políticas femininas.

A proposta de mentoria desenvolvida neste trabalho diferencia-se de iniciativas predominantemente formativas ao conceber a mentoria como um mecanismo institucional de redução de desigualdades de acesso à política. Ao articular formação política, mentoria individual e construção de redes institucionais, o modelo proposto busca atuar sobre múltiplas dimensões das trajetórias políticas das mulheres, contribuindo para ampliar suas condições de ingresso, permanência e progressão nos espaços de decisão política.

Outro aspecto relevante da proposta reside em sua complementaridade em relação às políticas institucionais já existentes. Em vez de substituir mecanismos como cotas eleitorais ou regras de financiamento de campanhas, o programa de mentoria atua sobre dimensões relacionais e informacionais que frequentemente limitam a efetividade dessas medidas. Ao fortalecer o capital político e as redes de apoio das participantes, a iniciativa busca contribuir para que mais mulheres estejam preparadas e encorajadas a disputar posições políticas.

Do ponto de vista das políticas públicas, a proposta apresentada neste trabalho reforça a importância de combinar instrumentos institucionais formais com estratégias voltadas ao fortalecimento de trajetórias políticas e lideranças emergentes. A ampliação da participação feminina na política não depende apenas de mudanças legais ou institucionais, mas também da criação de ambientes políticos mais inclusivos e do fortalecimento de redes de apoio que possibilitem a entrada e permanência de mulheres na vida pública.

Por fim, cabe destacar que esta pesquisa possui limitações inerentes ao caráter aplicado da proposta desenvolvida. A efetividade do modelo de mentoria proposto dependerá, em grande medida, de fatores institucionais, políticos e organizacionais relacionados à sua implementação concreta. Nesse sentido, futuras pesquisas poderão aprofundar a análise sobre modelos de mentoria política, avaliar empiricamente seus impactos e investigar de que forma tais iniciativas podem contribuir para transformar padrões de recrutamento político e ampliar a diversidade de lideranças nas democracias contemporâneas.

Em síntese, ao propor um modelo estruturado de mentoria política voltado à ampliação da participação feminina na política brasileira, este trabalho busca contribuir para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas que promovam maior igualdade de gênero nas instituições democráticas. O fortalecimento da presença feminina nos espaços de decisão política representa não apenas uma questão de justiça social, mas também um passo fundamental para o

aprofundamento da democracia e para a construção de sistemas políticos mais representativos e inclusivos.

Referências

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 24, p. 193-215, 2005.

BOOTH, Alison L.; FRANCESCONI, Marco; FRANK, Jeff. *A sticky floors model of promotion, pay, and gender*. European Economic Review, [s. l.], v. 47, n. 2, p. 295-322, 2003.

COTTER, David A.; HERMSEN, Joan M.; OVADIA, Seth; VANNEMAN, Reeve. *The glass ceiling effect*. Social Forces, Oxford, v. 80, n. 2, p. 655-681, 2001.

EAGLY, Alice H.; CARLI, Linda L. *Women and the labyrinth of leadership*. Harvard Business Review, Boston, v. 85, n. 9, p. 62-71, 2007.

GOMES NETO, Manoel Bastos Santos et al. As múltiplas barreiras de gênero enfrentadas por mulheres na política. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 6, 2024.

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal. **Programa Mentoria Política para Mulheres e Vereança**. Rio de Janeiro, 2022.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *Care work and care jobs for the future of decent work*. Geneva: ILO, 2018.

KANTOLA, Johanna; LOMBARDI, Paula. Strategies of feminist institutionalism. **Politics & Gender**, v. 16, n. 3, 2020.

KANTOLA, Johanna; LOMBARDI, Paola**.** Gender and political analysis. London: Palgrave Macmillan, 2020.

LAWLESS, Jennifer; FOX, Richard. **Girls just wanna not run: the gender gap in young Americans' political ambition**. Washington: American University, 2013.

LYNN, Marjorie. ***Não precisamos só de mais mulheres na política. Precisamos que elas permaneçam na política***. 2025. Disponível em: <linkhttps://www.renovabr.org/nao-precisamos-so-de-mais-mulheres-na-politica-precisamos-que-elas-permanecam-na-politica/>. Acesso em: 27 mar. 2026.

NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni. **Political recruitment: gender, race and class in the British Parliament**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

PAXTON, Pamela; HUGHES, Melanie M.; GREEN, Jennifer L. Gender in politics. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, v. 33, p. 263-284, 2007.

PEIXOTO, Vitor de Moraes. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral das mulheres. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 36, n. 106, p. 147-164, 2022.

PINHO, Tássia Rabelo de. Debaixo do tapete: a violência política de gênero e o silêncio no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, 2020.

PUTNAM, Robert. **Making democracy work: civic traditions in modern Italy**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

RENOVABR. **Programas de formação política**. Disponível em: https://renovabr.org. Acesso em: 27 mar. 2026.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 177-197, 2012.

SANBONMATSU, Kira. **Women's political participation and representation**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

SANBONMATSU, Kira. Electing women: the political representation of women in the United States. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

UN WOMEN. **Women's political participation: global strategies report**. New York: United Nations, 2020.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay; BRADY, Henry. **Voice and equality: civic voluntarism in American politics**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

WÄNGNERUD, Lena. Women in parliaments: descriptive and substantive representation. **Annual Review of Political Science**, Palo Alto, v. 12, p. 51-69, 2009.

WEISS, Carol. Nothing as practical as good theory: exploring theory-based evaluation for comprehensive community initiatives. **New Approaches to Evaluating Community Initiatives**, v. 1, 1995.

Dados institucionais

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Brasília: Presidência da República, 1997.

BRASIL. **Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021**. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. Brasília: Presidência da República, 2021.

IBGE. **Especial Mulheres – março de 2025**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments: global ranking**. Geneva: IPU, 2026.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas do eleitorado brasileiro**. Brasília: TSE, 2024.

file:///C:/Users/User/Downloads/Farah_1999_Genero-e-politicas-publicas-na_22682.pdf

Organizações e iniciativas internacionais

EMILY'S LIST. About EMILY's List. Washington, DC: EMILY's List, 2023. Disponível em: https://emilyslist.org . Acesso em: 29 mar. 2026.

EMERGE AMERICA. About Emerge. San Francisco: Emerge America, 2023. Disponível em: https://emergeamerica.org . Acesso em: 29 mar. 2026.

SHE SHOULD RUN. About She Should Run. Washington, DC: She Should Run, 2023. Disponível em: https://sheshouldrun.org . Acesso em: 29 mar. 2026.

ONU Mulheres (UN WOMEN). Women's political participation. New York: United Nations, 2020. Disponível em: https://www.unwomen.org . Acesso em: 29 mar. 2026.

WOMEN POLITICAL LEADERS (WPL). About Women Political Leaders. Brussels: WPL, 2022. Disponível em: https://www.womenpoliticalleaders.org . Acesso em: 29 mar. 2026.

VITAL VOICES GLOBAL PARTNERSHIP. About Vital Voices. Washington, DC: Vital Voices, 2021. Disponível em: https://www.vitalvoices.org . Acesso em: 29 mar. 2026.

WESTMINSTER FOUNDATION FOR DEMOCRACY (WFD). What we do. London: WFD, 2020. Disponível em: https://www.wfd.org . Acesso em: 29 mar. 2026.

ANEXO A – PROJETO PILOTO DE MENTORIA POLÍTICA PARA MULHERES LÍDERES: ESTRUTURA OPERACIONAL E ORÇAMENTO ESTIMADO

A.1 Apresentação

O presente Anexo detalha a estrutura operacional do projeto piloto de mentoria política para mulheres líderes proposto neste trabalho, incluindo a descrição de cada etapa, os recursos humanos envolvidos, os insumos necessários e os custos estimados por fase de implementação. O piloto tem duração de seis meses, atende 20 participantes em formato híbrido e conta com 8 mentoras com experiência política e institucional.

Os valores apresentados são estimativas de referência elaboradas com base em premissas de mercado (Brasília-DF, 2026) e podem ser ajustados conforme negociações com parceiros institucionais, eventual participação voluntária das mentoras ou captação de recursos junto a organismos financiadores.

A.2 Ficha Técnica

Quadro A.1 – Ficha técnica do projeto piloto

Denominação	Projeto Piloto de Mentoria Política para Mulheres Líderes
Duração	6 meses – Fase Piloto | + 3 meses opcionais de Pós-Piloto
Participantes	20 mulheres (mentoradas), selecionadas por processo público
Mentoras	8 mulheres com experiência política e/ou institucional (ratio 1:2,5)
Formato	Híbrido – atividades presenciais (Brasília-DF) e virtuais
Sede presencial	Brasília – DF (menor custo médio de deslocamento nacional)
Custo total (com contingência)	R$ 290.158,00 – fase piloto (6 meses)
Custo por participante	R$ 14.507,90 por mentorada
Modelo de financiamento	Híbrido: organismos internacionais, fundações, parcerias institucionais

Fonte: Elaboração própria, 2026.

A.3 Descrição das Etapas

Etapa 1 – Processo Seletivo (Mês 1)

O processo de entrada no programa estrutura-se a partir de um modelo híbrido de indicação e seleção, que combina dois fluxos complementares de recrutamento: indicação qualificada pela rede de mentoras e parceiras institucionais (70% das vagas), e candidatura espontânea por chamamento público restrito (30% das vagas).

Fluxo 1 – Indicação pela rede (70% das vagas): cada mentora integrante do programa possui capacidade de indicar até duas candidatas por ciclo, a partir de sua rede de contatos políticos e institucionais. A indicação é feita por meio de formulário estruturado, no qual a mentora descreve o perfil da indicada, o potencial de liderança identificado, o contexto territorial de atuação e a relação de conhecimento que embasa a recomendação. As indicadas recebem convite nominalmente, com apresentação do programa e convite para manifestar interesse. Organizações parceiras, sociedade civil, universidades, fundações partidárias e redes de mulheres, também podem indicar perfis dentro de suas redes, mediante protocolo de indicação institucional similar.

Os critérios orientadores da indicação são: potencial de liderança identificado pela mentora ou organização indicante, mesmo que ainda em estágio inicial de desenvolvimento; atuação em comunidades, movimentos ou organizações com impacto social concreto; interesse declarado ou demonstrado em atuação política institucional, ainda que sem filiação partidária; inexistência de trajetória política consolidada, o programa destina-se prioritariamente a mulheres em fase de construção de trajetória, não a candidatas já estruturadas; e diversidade regional, racial, socioeconômica e ideológica, observada como critério sistêmico na composição da turma como um todo.

Fluxo 2 – Candidatura espontânea com chamamento direcionado (30% das vagas): um percentual de vagas é reservado para candidaturas espontâneas, com divulgação direcionada por meio das redes institucionais do programa — e não por

chamamento público massivo. A comunicação é feita via canais de organizações parceiras, redes de mulheres em política, fundações partidárias e grupos de liderança comunitária. As candidaturas espontâneas passam pelo mesmo processo de avaliação das indicadas, incluindo análise de questionário e entrevista online.

Independentemente do fluxo de entrada, todas as candidatas passam por: preenchimento de questionário de perfil (motivação, trajetória, contexto territorial, visão de atuação política); entrevista online de 30 minutos com duas avaliadoras da coordenação do programa; e análise pela comissão de seleção, com aplicação dos critérios de diversidade regional (cotas por região), racial, socioeconômica e ideológica. A comissão de seleção é composta por três avaliadoras independentes: uma representante da coordenação do programa, uma mentora do ciclo vigente e uma especialista externa em gênero e política. O resultado final é comunicado individualmente, com devolutiva personalizada para as não selecionadas, orientando possíveis caminhos alternativos de formação e engajamento político.

Quadro A.2 – Distribuição regional das vagas – Etapa 1

Região	% das Vagas	Nº de Vagas	Nº de Mentoras
Nordeste	30%	6	2
Sudeste	25%	5	2
Norte	20%	4	2
Sul	15%	3	1
Centro-Oeste	10%	2	1
Total	**100%**	**20**	**8**

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Etapa 2 – Imersão Presencial e Integração (Mês 2)

Compreende dois encontros em 30 dias: uma imersão presencial coletiva de dois dias em Brasília-DF e uma mentoria individual online realizada em até 15 dias após a imersão. A imersão inclui treinamentos de liderança, workshops de comunicação e narrativa pública, atividades de integração, encontro com a rede de mentoras e

vinculação entre mentoras e mentoradas. Na primeira mentoria individual, é construído o Plano de Ação Individual, compartilhado com a diretoria do projeto.

Etapa 3 – Formação Continuada e Mentoria (Meses 3, 4 e 5)

Os três meses seguem a mesma estrutura mensal: um encontro coletivo online de quatro horas com professor ou facilitador convidado e uma sessão individual de mentoria de uma hora e trinta minutos. O foco de cada mês evolui progressivamente: início, aprofundamento e finalização do Plano de Trajetória Política individual das participantes.

Etapa 4 – Apresentação e Encerramento (Mês 6)

Encerra o núcleo do piloto com um encontro de mentoria online e um evento presencial em Brasília-DF, no qual as participantes apresentam seus Planos de Trajetória Política à banca avaliadora, realizam networking com lideranças políticas e recebem certificados de conclusão. O evento é registrado em audiovisual para fins de memória e divulgação institucional.

A.4 Equipe Mínima Necessária

Quadro A.3 – Equipe mínima do projeto piloto

Função	Regime	Atuação	Papel Principal
Coordenadora do Projeto	PJ ou CLT	Integral – 6 meses	Gestão geral, articulação institucional, acompanhamento das participantes
Designer / Comunicação	PJ (part-time)	Meses 1, 2 e 6	Identidade visual, materiais, certificados e relatório final
Assistente Administrativo	PJ	Meses 1, 2 e 6	Logística, inscrições e comunicação operacional
Professores/Facilitadores (4)	Cachê por módulo	Mês 2 (4 módulos) + meses 3–6 (1/mês)	Liderança, comunicação política, sistema eleitoral, campanha

Mentoras (8)	Cachê / voluntária	1 encontro/mês + eventos meses 2 e 6	Acompanhamento individual das mentoradas (2–3 por mentora)
Avaliadoras (3)	Cachê pontual	Mês 1 (seleção) e Mês 6 (banca)	Avaliação das candidatas e dos planos de trajetória
Equipe de Gravação	Diária por evento	Meses 2 e 6	Registro audiovisual dos eventos presenciais
Rede de Voluntárias (Diretoria)	Voluntária	Todo o programa	Articulação política e apoio institucional

Fonte: Elaboração própria, 2026.

A.5 Custos Estimados por Fase

Os custos a seguir foram estimados com base em premissas de mercado para Brasília-DF em 2026, considerando passagem aérea média nacional (R$ 1.200,00 ida e volta), diária de hospedagem em hotel econômico (R$ 280,00/noite), alimentação por pessoa/dia (R$ 120,00), locação de auditório para 40 pessoas (R$ 3.500,00/dia) e cachês de mercado para os profissionais envolvidos. Os valores em azul na planilha orçamentária complementar (Anexo B) são editáveis para cenários alternativos.

Quadro A.5 – Detalhamento de custos: Mês 1 – Etapa 1: Processo Seletivo

Item de Custo	Categoria	Qtd	Valor Unit. (R$)	Total (R$)
MÊS 1 – ETAPA 1: PROCESSO SELETIVO				
Coordenadora do Projeto	RH – Fixo	1	R$ 8.000,00	R$ 8.000,00
Designer / Comunicação	RH – Fixo	1	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
Assistente Administrativo	RH – Fixo	1	R$ 2.500,00	R$ 2.500,00
Avaliadoras de seleção (3 membros)	RH – Variável	3	R$ 500,00	R$ 1.500,00
Impulsionamento em redes sociais	Comunicação	1	R$ 800,00	R$ 800,00
Produção de conteúdo digital	Comunicação	1	R$ 1.200,00	R$ 1.200,00
Assessoria de imprensa – lançamento	Comunicação	1	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00

Plataformas digitais (pacote mês 1)	Tecnologia	1	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
Formulário de inscrição e questionário	Insumos	1	R$ 300,00	R$ 300,00
SUBTOTAL – MÊS 1 – ETAPA 1: PROCESSO SELETIVO				**R$ 20.300,00**

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Quadro A.5 – Detalhamento de custos: Mês 2 – Etapa 2: Imersão Presencial + Mentoria 1

Item de Custo	Categoria	Qtd	Valor Unit. (R$)	Total (R$)
MÊS 2 – ETAPA 2: IMERSÃO PRESENCIAL + MENTORIA 1				
Coordenadora do Projeto	RH – Fixo	1	R$ 8.000,00	R$ 8.000,00
Designer / Comunicação	RH – Fixo	1	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
Assistente Administrativo	RH – Fixo	1	R$ 2.500,00	R$ 2.500,00
Professores/Facilitadores (4)	RH – Variável	4	R$ 1.500,00	R$ 6.000,00
Mentoras – cachê imersão (8)	RH – Variável	8	R$ 1.200,00	R$ 9.600,00
Mentoras – 1ª mentoria individual (8)	RH – Variável	8	R$ 300,00	R$ 2.400,00
Equipe de gravação (2 diárias)	RH – Variável	2	R$ 2.500,00	R$ 5.000,00
Locação de espaço (2 dias – BSB)	Logística	2	R$ 3.500,00	R$ 7.000,00
Passagens aéreas – mentoradas (20)	Logística	20	R$ 1.200,00	R$ 24.000,00
Passagens aéreas – mentoras (8)	Logística	8	R$ 1.200,00	R$ 9.600,00
Hospedagem – mentoradas (2 noites x 20)	Logística	40	R$ 280,00	R$ 11.200,00
Hospedagem – mentoras (2 noites x 8)	Logística	16	R$ 280,00	R$ 4.480,00
Alimentação – mentoradas (2 dias x 20)	Logística	40	R$ 120,00	R$ 4.800,00
Alimentação – mentoras (2 dias x 8)	Logística	16	R$ 120,00	R$ 1.920,00
Kit participante (20 mentoradas)	Insumos	20	R$ 80,00	R$ 1.600,00

Kit mentoras (8)	Insumos	8	R$ 80,00	R$ 640,00
Crachás, banners e sinalização	Insumos	1	R$ 600,00	R$ 600,00
Plataformas digitais (mês 2)	Tecnologia	1	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
SUBTOTAL – MÊS 2 – ETAPA 2: IMERSÃO PRESENCIAL + ME				**R$ 103.840,00**

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Quadro A.5 – Detalhamento de custos: Mês 3 – Etapa 3: Formação Continuada (início)

Item de Custo	Categoria	Qtd	Valor Unit. (R$)	Total (R$)
MÊS 3 – ETAPA 3: FORMAÇÃO CONTINUADA (início)				
Coordenadora do Projeto	RH – Fixo	1	R$ 8.000,00	R$ 8.000,00
Assistente Administrativo	RH – Fixo	1	R$ 2.500,00	R$ 2.500,00
Professor/Facilitador (1 módulo)	RH – Variável	1	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00
Mentoras – mentoria individual (8)	RH – Variável	8	R$ 300,00	R$ 2.400,00
Plataformas digitais (mês 3)	Tecnologia	1	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
Materiais digitais do módulo	Insumos	1	R$ 300,00	R$ 300,00
SUBTOTAL – MÊS 3 – ETAPA 3: FORMAÇÃO CONTINUADA (in				**R$ 15.700,00**

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Quadro A.5 – Detalhamento de custos: Mês 4 – Etapa 3: Desenvolvimento (mesma estrutura e custo do Mês 3)

Item de Custo	Categoria	Qtd	Valor Unit. (R$)	Total (R$)
MÊS 4 – ETAPA 3: DESENVOLVIMENTO DA TRAJETÓRIA				
Coordenadora do Projeto	RH – Fixo	1	R$ 8.000,00	R$ 8.000,00
Assistente Administrativo	RH – Fixo	1	R$ 2.500,00	R$ 2.500,00
Professor/Facilitador (1 módulo)	RH – Variável	1	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00
Mentoras – mentoria individual (8)	RH – Variável	8	R$ 300,00	R$ 2.400,00

Plataformas digitais (mês 4)	Tecnologia	1	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
Materiais digitais do módulo	Insumos	1	R$ 300,00	R$ 300,00
SUBTOTAL – MÊS 4 – ETAPA 3: DESENVOLVIMENTO DA TRAJ				**R$ 15.700,00**

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Quadro A.5 – Detalhamento de custos: Mês 5 – Etapa 3: Consolidação (mesma estrutura e custo do Mês 3)

MÊS 5 – ETAPA 3: CONSOLIDAÇÃO DO PLANO				
Coordenadora do Projeto	RH – Fixo	1	R$ 8.000,00	R$ 8.000,00
Assistente Administrativo	RH – Fixo	1	R$ 2.500,00	R$ 2.500,00
Professor/Facilitador (1 módulo)	RH – Variável	1	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00
Mentoras – mentoria individual (8)	RH – Variável	8	R$ 300,00	R$ 2.400,00
Plataformas digitais (mês 5)	Tecnologia	1	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
Materiais digitais do módulo	Insumos	1	R$ 300,00	R$ 300,00
SUBTOTAL – MÊS 5 – ETAPA 3: CONSOLIDAÇÃO DO PLANO				**R$ 15.700,00**

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Quadro A.5 – Detalhamento de custos: Mês 6 – Etapa 4: Apresentação e Encerramento

MÊS 6 – ETAPA 4: APRESENTAÇÃO E ENCERRAMENTO				
Coordenadora do Projeto	RH – Fixo	1	R$ 8.000,00	R$ 8.000,00
Designer / Comunicação	RH – Fixo	1	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
Assistente Administrativo	RH – Fixo	1	R$ 2.500,00	R$ 2.500,00
Professor/Facilitador (1 módulo)	RH – Variável	1	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00
Mentoras – encontro online final (8)	RH – Variável	8	R$ 300,00	R$ 2.400,00
Avaliadoras da banca final (3)	RH – Variável	3	R$ 500,00	R$ 1.500,00
Equipe de gravação (2 diárias)	RH – Variável	2	R$ 2.500,00	R$ 5.000,00

Locação de espaço (2 dias – BSB)	Logística	2	R$ 3.500,00	R$ 7.000,00
Passagens aéreas – mentoradas (20)	Logística	20	R$ 1.200,00	R$ 24.000,00
Passagens aéreas – mentoras (8)	Logística	8	R$ 1.200,00	R$ 9.600,00
Hospedagem – mentoradas (2 noites x 20)	Logística	40	R$ 280,00	R$ 11.200,00
Hospedagem – mentoras (2 noites x 8)	Logística	16	R$ 280,00	R$ 4.480,00
Alimentação – mentoradas (2 dias x 20)	Logística	40	R$ 120,00	R$ 4.800,00
Alimentação – mentoras (2 dias x 8)	Logística	16	R$ 120,00	R$ 1.920,00
Produção de conteúdo digital (encerramento)	Comunicação	1	R$ 1.200,00	R$ 1.200,00
Assessoria de imprensa – encerramento	Comunicação	1	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00
Certificados impressos (28 = 20 + 8 mentoras)	Insumos	28	R$ 30,00	R$ 840,00
Crachás, banners e sinalização	Insumos	1	R$ 600,00	R$ 600,00
Plataformas digitais (mês 6)	Tecnologia	1	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
SUBTOTAL – MÊS 6 – ETAPA 4: APRESENTAÇÃO E ENCERRAM				**R$ 92.540,00**

Fonte: Elaboração própria, 2026.

A.6 Resumo Financeiro Consolidado – Fase Piloto

Quadro A.6 – Resumo financeiro do projeto piloto (Meses 1 a 6)

Fase / Período	Total da Fase (R$)	% do Bloco
◆ PILOTO | Meses 1 a 6		
Mês 1 – Processo Seletivo	R$ 20.300,00	7,7%
Mês 2 – Imersão Presencial + Mentoria 1	R$ 103.840,00	39,4%
Mês 3 – Formação Continuada (início)	R$ 15.700,00	6,0%
Mês 4 – Desenvolvimento da Trajetória	R$ 15.700,00	6,0%
Mês 5 – Consolidação do Plano	R$ 15.700,00	6,0%
Mês 6 – Apresentação e Encerramento	R$ 92.540,00	35,1%
SUBTOTAL PILOTO (sem contingência)	**R$ 263.780,00**	**—**
Contingência (10%)	**R$ 26.378,00**	

TOTAL PILOTO COM CONTINGÊNCIA	**R$ 290.158,00**	
Custo por participante (com contingência)	**R$ 14.507,90**	*por mentorada*

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Nota: Os meses 2 e 6 concentram 74,4% do custo total da fase piloto em razão dos eventos presenciais em Brasília-DF (passagens aéreas, hospedagem e alimentação para 28 pessoas). Os meses 3, 4 e 5 são integralmente virtuais, com custo fixo de R$ 15.700,00 cada. A participação voluntária das mentoras pode reduzir o total estimado em aproximadamente R$ 25.000,00.

ANEXO B – EMENTAS DO PROGRAMA DE MENTORIA POLÍTICA PARA MULHERES LÍDERES: ETAPAS 2 E 3

B.1 APRESENTAÇÃO

O presente Anexo contém as ementas acadêmicas das Etapas 2 e 3 do Programa Piloto de Mentoria Política para Mulheres Líderes, detalhando os objetivos de aprendizagem, os conteúdos programáticos, a metodologia, a carga horária e as referências bibliográficas de cada módulo. As ementas foram desenvolvidas em articulação com o referencial teórico apresentado no Capítulo 3 deste trabalho e com os eixos estruturantes do modelo de mentoria descrito no Capítulo 5.

A Etapa 2 compreende a imersão presencial de dois dias em Brasília-DF e a primeira sessão de mentoria individual, constituindo o momento de maior densidade formativa e relacional do programa. A Etapa 3 abrange os três meses de formação continuada e mentoria individual (meses 3, 4 e 5), com foco progressivo na construção do Plano de Trajetória Política individual de cada participante.

O conteúdo foi organizado segundo os quatro eixos estruturantes do modelo — (i) desenvolvimento pessoal e liderança política; (ii) formação política e institucional; (iii) mentoria política; e (iv) construção de redes —, garantindo coerência pedagógica entre os diferentes momentos do programa e integração entre teoria, prática e desenvolvimento de trajetória.

B.2 ETAPA 2 – IMERSÃO PRESENCIAL E INTEGRAÇÃO (MÊS 2)

A imersão presencial constitui o primeiro momento de encontro coletivo entre as participantes, as mentoras e a equipe do programa. Em dois dias intensivos em Brasília-DF, as participantes são introduzidas ao ambiente formativo do programa, estabelecem os vínculos iniciais com suas mentoras e constroem as bases do Plano de Ação Individual. A imersão combina quatro módulos formativos com atividades de integração e o momento estruturado de pareamento entre mentoras e mentoradas.

Módulo 1 – Liderança Política Feminina e Autoconhecimento

Quadro B.1 – Ficha do Módulo 1

Eixo estruturante	Desenvolvimento pessoal e liderança política (seção 5.3.1)
Carga horária	4 horas (Dia 1, período da manhã)
Formato	Presencial – Brasília-DF
Facilitadora/o	Especialista em liderança e desenvolvimento humano

Fonte: Elaboração própria, 2026.

a) Objetivos de aprendizagem

Ao final do módulo, as participantes serão capazes de:

- identificar sua trajetória pessoal e os elementos que constituem sua identidade de liderança política;
- nomear e refletir sobre crenças limitantes que dificultam sua inserção nos espaços de poder;
- articular sua história pessoal a um propósito político claro e comunicável;
- reconhecer as barreiras simbólicas e culturais que operam sobre mulheres na política e desenvolver estratégias de enfrentamento.

b) Conteúdo programático

1. Identidade de liderança feminina
   - Autoconhecimento como fundamento da liderança política
   - Trajetória pessoal e capital político biográfico
   - Propósito político: do engajamento social à atuação institucional

2. Barreiras simbólicas e enfrentamento
   - O labirinto da liderança aplicado à política (EAGLY; CARLI, 2007)
   - Síndrome do impostor e ambição política feminina (LAWLESS; FOX, 2013)
   - Estratégias de posicionamento em ambientes de alta pressão institucional

3. Narrativa pública e comunicação de si
   - Construção da narrativa política pessoal
   - Pitch político: comunicar propósito em dois minutos
   - Autoapresentação em diferentes contextos institucionais

c) Metodologia

O módulo combina exposição dialogada, atividades de reflexão individual estruturada e dinâmicas em pequenos grupos. A metodologia parte das trajetórias das próprias participantes como material pedagógico central, em consonância com a abordagem de aprendizagem experiencial. Ao final do módulo, cada participante terá rascunhado os primeiros elementos do seu Plano de Ação Individual.

d) Referências bibliográficas

EAGLY, Alice H.; CARLI, Linda L. Women and the labyrinth of leadership. Harvard Business Review, Boston, v. 85, n. 9, p. 62-71, 2007.

GOMES NETO, Manoel Bastos Santos et al. As múltiplas barreiras de gênero enfrentadas por mulheres na política. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 58, n. 6, 2024.

LAWLESS, Jennifer; FOX, Richard. Girls just wanna not run: the gender gap in young Americans' political ambition. Washington: American University, 2013.

PUTNAM, Robert. Making democracy work: civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

Módulo 2 – Sistema Político Brasileiro e Legislação Eleitoral

Quadro B.2 – Ficha do Módulo 2

Eixo estruturante	Formação política e institucional (seção 5.3.2)
Carga horária	4 horas (Dia 1, período da tarde)
Formato	Presencial – Brasília-DF
Facilitadora/o	Especialista em direito eleitoral ou ciência política

Fonte: Elaboração própria, 2026.

a) Objetivos de aprendizagem

Ao final do módulo, as participantes serão capazes de:

- compreender o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro, incluindo proporcionalidade, coeficiente eleitoral e distribuição de cadeiras;
- identificar os mecanismos legais de promoção da participação feminina — cotas, fundo eleitoral e propaganda obrigatória — e suas limitações práticas;
- analisar o papel dos partidos políticos no recrutamento político feminino;
- mapear as oportunidades institucionais disponíveis para candidaturas femininas no próximo ciclo eleitoral.

b) Conteúdo programático

1. Arquitetura do sistema político brasileiro
   - Estrutura federativa e distribuição de poderes
   - Sistema proporcional de lista aberta: funcionamento e implicações para candidaturas femininas
   - Coeficiente eleitoral e cálculo de cadeiras

2. Legislação eleitoral e mecanismos de inclusão
   - Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) e cotas de candidatura por gênero
   - Emenda Constitucional nº 117/2022 e destinação mínima de recursos do Fundo Eleitoral
   - Lei nº 14.192/2021: violência política de gênero — tipificação e proteção
   - Propaganda eleitoral gratuita e obrigatoriedade de conteúdo sobre participação feminina

3. Partidos políticos e recrutamento feminino

- Partidos como gatekeepers do sistema político (NORRIS; LOVENDUSKI, 1995; ARAÚJO, 2005)
- Dinâmicas de recrutamento informal e seus efeitos sobre candidaturas femininas
- Filiação partidária: critérios, prazos e decisões estratégicas

c) Metodologia

O módulo combina exposição dialogada, análise de casos reais de candidaturas femininas e simulação de cenário eleitoral. As participantes trabalharão com dados reais do TSE para calcular coeficientes eleitorais e simular a distribuição de recursos em situações hipotéticas de candidatura.

d) Referências bibliográficas

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 24, p. 193-215, 2005.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Brasília: Presidência da República, 1997.

BRASIL. Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021. Brasília: Presidência da República, 2021.

NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni. Political recruitment: gender, race and class in the British Parliament. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

PEIXOTO, Vitor de Moraes. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral das mulheres. Estudos Avançados, São Paulo, v. 36, n. 106, p. 147-164, 2022.

Módulo 3 – Comunicação Política e Construção de Narrativa Pública

Quadro B.3 – Ficha do Módulo 3

Eixo estruturante	Formação política e institucional (seção 5.3.2)
Carga horária	4 horas (Dia 2, período da manhã)
Formato	Presencial – Brasília-DF
Facilitadora/o	Especialista em comunicação política

Fonte: Elaboração própria, 2026.

a) Objetivos de aprendizagem

Ao final do módulo, as participantes serão capazes de:

- construir e comunicar uma narrativa política pessoal consistente e autêntica;
- adaptar a comunicação política a diferentes públicos e contextos institucionais;
- identificar e contornar vieses de gênero na cobertura midiática e na avaliação pública de candidatas;
- desenvolver presença digital estratégica para fins de liderança política.

b) Conteúdo programático

1. Fundamentos da comunicação política
   - Diferença entre comunicação institucional, eleitoral e de liderança
   - Credibilidade, autoridade e legitimidade: construção e desconstrução
   - Assimetrias de gênero na comunicação política: o que a pesquisa demonstra

2. Narrativa política pessoal
   - Estrutura narrativa: problema, protagonista, conflito e resolução
   - Integração de trajetória pessoal a propósito político
   - Storytelling político: casos nacionais e internacionais
   - Prática: construção e apresentação da narrativa pessoal

3. Comunicação digital e presença pública
   - Estratégia de redes sociais para lideranças políticas emergentes
   - Gestão de crise e ataques online: ferramentas práticas
   - Lei nº 14.192/2021 e proteção contra violência política digital

c) Metodologia

O módulo é essencialmente prático. Após exposição inicial dos conceitos, as participantes trabalham em duplas para construir e apresentar sua narrativa política pessoal, recebendo feedback estruturado de colegas e da facilitação. A atividade é registrada em vídeo com consentimento das participantes para uso pedagógico interno.

d) Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021. Brasília: Presidência da República, 2021.

PINHO, Tássia Rabelo de. Debaixo do tapete: a violência política de gênero e o silêncio no Brasil. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 2, 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Guia de Segurança Mais Mulheres na Política. Brasília: TSE, 2022.

Módulo 4 – Planejamento e Gestão de Campanhas Eleitorais

Quadro B.4 – Ficha do Módulo 4

Eixo estruturante	Formação política e institucional (seção 5.3.2)
Carga horária	4 horas (Dia 2, período da tarde)
Formato	Presencial – Brasília-DF
Facilitadora/o	Especialista em gestão de campanhas eleitorais

Fonte: Elaboração própria, 2026.

a) Objetivos de aprendizagem

Ao final do módulo, as participantes serão capazes de:

- compreender a estrutura operacional de uma campanha eleitoral municipal e estadual;
- identificar os recursos financeiros, humanos e simbólicos necessários a uma candidatura competitiva;
- mapear as fontes de financiamento eleitoral disponíveis para candidaturas femininas;
- elaborar os elementos básicos de um plano de campanha inicial.

b) Conteúdo programático

1. Anatomia de uma campanha eleitoral
   - Fases da campanha: pré-campanha, campanha oficial e pós-eleição
   - Equipe mínima: coordenação, comunicação, mobilização e assessoria jurídica
   - Território eleitoral: delimitação, mapeamento e trabalho de base

2. Financiamento eleitoral para candidaturas femininas
   - Fundo Especial de Financiamento de Campanha e obrigatoriedade de 30% para mulheres (EC nº 117/2022)
   - Financiamento coletivo e doações de pessoas físicas
   - Desigualdades de financiamento entre candidaturas masculinas e femininas (SACCHET; SPECK, 2012; PEIXOTO, 2022)

3. Planejamento de campanha para candidatas em primeiro mandato
   - Conversão de engajamento social em apoio eleitoral
   - Elementos do plano de campanha: diagnóstico, público-alvo, mensagem e cronograma
   - Gestão de riscos e estratégias de resposta a adversidades

c) Metodologia

O módulo combina exposição dialogada com workshop de planejamento. As participantes trabalham em grupos para desenvolver o esboço de um plano de

campanha para um cargo eletivo municipal ou estadual, com base em dados reais de eleições recentes no estado de origem de cada grupo.

d) Referências bibliográficas

PEIXOTO, Vitor de Moraes. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral das mulheres. Estudos Avançados, São Paulo, v. 36, n. 106, p. 147-164, 2022.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. Opinião Pública, Campinas, v. 18, n. 1, p. 177-197, 2012.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Estatísticas do eleitorado brasileiro. Brasília: TSE, 2024.

Mentoria 1 – Construção do Plano de Ação Individual

Quadro B.5 – Ficha da Mentoria 1

Eixo estruturante	Mentoria política (seção 5.3.3)
Carga horária	1 hora e 30 minutos
Formato	Online – individual (mentora e mentorada)
Prazo	Até 15 dias após a imersão presencial

Fonte: Elaboração própria, 2026.

a) Objetivos da sessão

A Mentoria 1 marca o início da relação continuada entre mentora e mentorada e tem como produto central o Plano de Ação Individual. Os objetivos específicos da sessão são:

– estabelecer o vínculo inicial e o contrato relacional da dupla — expectativas, limites e compromissos mútuos;

- identificar o estágio atual da participante na jornada política: motivações, experiências prévias e recursos disponíveis;
- definir o objetivo político de médio prazo da participante: cargo pretendido, território e prazo;
- mapear os principais obstáculos e recursos individuais;
- elaborar o Plano de Ação Individual, a ser compartilhado com a coordenação em até cinco dias após a sessão.

b) Estrutura sugerida da sessão

Quadro B.6 – Roteiro da Mentoria 1

Tempo	Momento	Conteúdo
0'–10'	**Acolhimento**	Apresentação mútua. Combinados sobre confidencialidade, frequência dos encontros e canais de comunicação.
10'–30'	**Diagnóstico da trajetória**	Perguntas abertas sobre a trajetória da mentorada. Escuta ativa — sem julgamento ou direcionamento prematuro.
30'–50'	**Objetivo político**	Definição do objetivo de médio prazo: cargo, território e eleição de interesse.
50'–70'	**Plano de Ação**	Mapeamento colaborativo dos próximos passos: ações para 30, 60 e 90 dias.
70'–90'	**Acordos e encerramento**	Revisão dos compromissos. Data do próximo encontro. Mentorada envia o Plano à coordenação em até 5 dias.

Fonte: Elaboração própria, 2026.

B.3 ETAPA 3 – FORMAÇÃO CONTINUADA E MENTORIA (MESES 3, 4 E 5)

A Etapa 3 corresponde ao ciclo de formação continuada e mentoria individual, estruturado em três meses com a mesma arquitetura mensal. Cada mês combina um encontro coletivo online de quatro horas com um professor ou facilitador convidado e uma sessão individual de mentoria de uma hora e trinta minutos. O foco

de cada mês evolui progressivamente em torno do Plano de Trajetória Política individual.

Módulo 5 – Mês 3: Introdução ao Planejamento de Trajetória Política

Quadro B.7 – Ficha do Módulo 5

Eixo estruturante	Formação política e institucional + Mentoria (seções 5.3.2 e 5.3.3)
Carga horária	Encontro coletivo: 4 horas online | Mentoria individual: 1h30 online
Formato	Virtual
Foco do mês	Início do Plano de Trajetória Política individual

Fonte: Elaboração própria, 2026.

a) Objetivos de aprendizagem

Ao final do mês 3, as participantes serão capazes de:

- compreender os fundamentos do planejamento de trajetória política de longo prazo;
- aplicar ferramentas de análise de contexto político ao seu território e cargo de interesse;
- iniciar a construção estruturada do Plano de Trajetória Política com orientação da mentora;
- identificar as redes de apoio disponíveis e as que precisam ser construídas.

b) Conteúdo do encontro coletivo (4 horas)

1. Trajetórias políticas femininas: o que a pesquisa mostra
   - Padrões de recrutamento e ascensão de mulheres na política brasileira
   - Trajetórias típicas: da gestão pública ao mandato eletivo
   - O papel das redes de apoio e do capital político relacional (PUTNAM, 1993; NORRIS; LOVENDUSKI, 1995)

2. Análise de contexto político
   - Mapeamento do cenário político no território de interesse
   - Identificação de aliados, adversários e atores neutros
   - Análise de contexto: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças

3. Ferramentas de planejamento de trajetória
   - Diferença entre plano de campanha e plano de trajetória política
   - Horizontes temporais: o que construir antes de se candidatar
   - Estrutura do Plano de Trajetória Política: objetivos, marcos e ações

c) Mentoria do mês 3 — objetivos da sessão individual (1h30)

- Revisão do Plano de Ação Individual construído na Mentoria 1;
- Início colaborativo do Plano de Trajetória Política: validação do objetivo de longo prazo e marcos estratégicos;
- Identificação das primeiras ações de inserção política no território;
- Mapeamento dos obstáculos específicos da participante e estratégias de enfrentamento.

d) Referências bibliográficas

NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni. Political recruitment: gender, race and class in the British Parliament. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

PUTNAM, Robert. Making democracy work: civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

SANBONMATSU, Kira. Women's political participation and representation. Oxford: Oxford University Press, 2015.

Módulo 6 – Mês 4: Inserção Partidária e Construção de Redes

Quadro B.8 – Ficha do Módulo 6

Eixo estruturante	Formação política e institucional + Construção de redes (seções 5.3.2 e 5.3.4)
Carga horária	Encontro coletivo: 4 horas online | Mentoria individual: 1h30 online
Formato	Virtual
Foco do mês	Aprofundamento do Plano de Trajetória e estratégias de inserção partidária

Fonte: Elaboração própria, 2026.

a) Objetivos de aprendizagem

Ao final do mês 4, as participantes serão capazes de:

- analisar o funcionamento interno dos partidos políticos e identificar estratégias de inserção e ascensão nas estruturas partidárias;
- aplicar ferramentas de negociação e construção de coalizões ao contexto político do seu território;
- aprofundar o Plano de Trajetória com ações concretas de inserção partidária e ampliação de rede;
- desenvolver competências de gestão de conflitos e influência em ambientes institucionais.

b) Conteúdo do encontro coletivo (4 horas)

1. Inserção e navegação nas estruturas partidárias
   - Como funcionam os partidos por dentro: estrutura formal e informal
   - Processos de recrutamento e seleção de candidaturas: o que não está escrito nos estatutos
   - Estratégias de inserção para mulheres em contextos partidários masculinizados

2. Negociação política e construção de coalizões
   - Fundamentos da negociação em contextos políticos: interesses, posições e alternativas

- Construção de coalizões: identificação de aliados e gestão de divergências
- Gestão de conflitos e enfrentamento de oposição interna

3. Capital social e construção de redes políticas
   - Redes formais e informais na política: como funcionam e como acessá-las
   - Mapeamento e desenvolvimento da rede política individual
   - Reciprocidade estratégica na construção de alianças (PUTNAM, 1993)

c) Mentoria do mês 4 — objetivos da sessão individual (1h30)

- Revisão do Plano de Trajetória e análise das ações realizadas no mês anterior;
- Discussão sobre estratégias específicas de inserção partidária no território da participante;
- Ampliação do mapeamento de rede: identificação de atores a acionar.

d) Referências bibliográficas

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 24, p. 193-215, 2005.

NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni. Political recruitment: gender, race and class in the British Parliament. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay; BRADY, Henry. Voice and equality: civic voluntarism in American politics. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

Módulo 7 – Mês 5: Consolidação do Plano e Formulação de Políticas Públicas

Quadro B.9 – Ficha do Módulo 7

Eixo estruturante	Formação política e institucional + Mentoria (seções 5.3.2 e 5.3.3)
Carga horária	Encontro coletivo: 4 horas online | Mentoria individual: 1h30 online
Formato	Virtual
Foco do mês	Finalização do Plano de Trajetória e preparação para o encerramento

Fonte: Elaboração própria, 2026.

a) Objetivos de aprendizagem

Ao final do mês 5, as participantes serão capazes de:

- compreender o ciclo de formulação e implementação de políticas públicas com perspectiva de gênero;
- articular propostas de políticas públicas à narrativa política pessoal e ao território de atuação;
- consolidar o Plano de Trajetória Política em versão final, pronto para apresentação à banca avaliadora;
- preparar a apresentação do plano para o evento presencial de encerramento do mês 6.

b) Conteúdo do encontro coletivo (4 horas)

1. Formulação de políticas públicas com perspectiva de gênero
   - Ciclo das políticas públicas: agenda, formulação, implementação e avaliação
   - Transversalidade de gênero nas políticas públicas: conceito e aplicação
   - Como transformar engajamento comunitário em proposta de política pública

2. Da proposta à plataforma política
   - Plataforma política: definição e diferença em relação ao programa de governo
   - Comunicação de propostas para diferentes públicos: eleitores, partidos e imprensa

3. Consolidação e apresentação do Plano de Trajetória

- Estrutura do Plano de Trajetória Política na versão final
- Roteiro da apresentação para a banca avaliadora no mês 6
- Prática: cada participante apresenta o objetivo central do seu plano

c) Mentoria do mês 5 — objetivos da sessão individual (1h30)

- Revisão final do Plano de Trajetória Política e validação com a mentora;
- Preparação para a apresentação no evento presencial de encerramento;
- Reflexão sobre os cinco meses de programa e definição dos próximos passos após o encerramento.

d) Referências bibliográficas

PAXTON, Pamela; HUGHES, Melanie M.; GREEN, Jennifer L. Gender in politics. Annual Review of Sociology, Palo Alto, v. 33, p. 263-284, 2007.

WÄNGNERUD, Lena. Women in parliaments: descriptive and substantive representation. Annual Review of Political Science, Palo Alto, v. 12, p. 51-69, 2009.

WEISS, Carol. Nothing as practical as good theory: exploring theory-based evaluation for comprehensive community initiatives. New Approaches to Evaluating Community Initiatives, v. 1, 1995.

B.4 QUADROS SÍNTESE

Quadro B.10 – Síntese dos módulos formativos das Etapas 2 e 3

Mód.	Etapa/Mês	Título	Eixo	CH / Formato
1	Etapa 2 / Mês 2	**Liderança e Autoconhecimento**	Eixo 1	4h | Presencial BSB | Dia 1 manhã
2	Etapa 2 / Mês 2	**Sistema Político e Legislação**	Eixo 2	4h | Presencial BSB | Dia 1 tarde

3	Etapa 2 / Mês 2	**Comunicação Política e Narrativa**	Eixo 2	4h | Presencial BSB | Dia 2 manhã
4	Etapa 2 / Mês 2	**Planejamento e Gestão de Campanhas**	Eixo 2	4h | Presencial BSB | Dia 2 tarde
—	Etapa 2 / Mês 2	**Mentoria 1: Plano de Ação Individual**	Eixo 3	1h30 | Online | até 15 dias após imersão
5	Etapa 3 / Mês 3	**Planejamento de Trajetória Política**	Eixos 2+3	4h coletivo + 1h30 mentoria | Virtual
6	Etapa 3 / Mês 4	**Inserção Partidária e Redes**	Eixos 2+4	4h coletivo + 1h30 mentoria | Virtual
7	Etapa 3 / Mês 5	**Políticas Públicas e Consolidação**	Eixos 2+3	4h coletivo + 1h30 mentoria | Virtual

Fonte: Elaboração própria, 2026. Legenda: Eixo 1 = Desenvolvimento pessoal e liderança; Eixo 2 = Formação política e institucional; Eixo 3 = Mentoria; Eixo 4 = Construção de redes.

Quadro B.11 – Carga horária consolidada das Etapas 2 e 3

Atividade	**CH por ocorrência**	**Nº de ocorrências**	**Total**
Módulos presenciais – imersão BSB	4 horas	4 módulos	**16 horas**
Mentoria 1 – online individual	1h30	1 sessão	**1h30**
Encontros coletivos online – meses 3, 4 e 5	4 horas	3 encontros	**12 horas**
Mentorias individuais online – meses 3, 4 e 5	1h30	3 sessões	**4h30**
TOTAL – Etapas 2 e 3			**34 horas**

Fonte: Elaboração própria, 2026. Não inclui o evento de encerramento da Etapa 4 (Mês 6).

ANEXO C – GUIA OPERACIONAL DO FACILITADOR: ETAPAS 2 E 3 DO PROGRAMA PILOTO DE MENTORIA POLÍTICA PARA MULHERES LÍDERES

C.1 APRESENTAÇÃO

O presente Guia destina-se à equipe pedagógica, aos facilitadores e à coordenação do programa, oferecendo orientações operacionais para a condução das Etapas 2 e 3. Para cada módulo e sessão de mentoria são apresentados: objetivo central, configuração do espaço, materiais necessários, roteiro minuto a minuto, alertas operacionais e recomendações pedagógicas. As fundamentações teóricas e referências bibliográficas encontram-se no Anexo B deste trabalho.

Todos os facilitadores e mentoras devem assinar termo de confidencialidade antes do início do programa. O conteúdo compartilhado pelas participantes nas dinâmicas, sessões de mentoria e encontros coletivos é estritamente confidencial.

C.2 ETAPA 2 – IMERSÃO PRESENCIAL · BRASÍLIA-DF · MÊS 2

Quadro C.1 – Visão geral da imersão

Dia/Período	Módulo	Facilitador(a)	Objetivo central
Dia 1 – Manhã	Módulo 1 – Liderança e Autoconhecimento	*Especialista em liderança*	Identidade política e narrativa pessoal
Dia 1 – Tarde	Módulo 2 – Sistema Político e Legislação	*Cientista político/advogado eleitoral*	Conhecimento institucional do sistema
Dia 1 – Noite	Jantar de integração	*Coordenação e mentoras*	Vínculos relacionais e network
Dia 2 – Manhã	Módulo 3 – Comunicação Política	*Especialista em comunicação*	Narrativa pública e prática de pitch

Dia 2 – Tarde	Módulo 4 – Gestão de Campanhas	*Especialista em campanhas*	Estrutura e financiamento de campanha
Dia 2 – Encerramento	Pareamento mentoras/mentoradas	*Coordenação*	Vinculação e briefing da Mentoria 1

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Nota: *O jantar de integração ao final do Dia 1 não é facultativo. Constitui o momento de maior densidade relacional da imersão. A coordenação deve garantir a presença das mentoras e facilitar apresentações cruzadas entre participantes de regiões diferentes.*

Módulo 1 – Liderança Política Feminina e Autoconhecimento (Dia 1, Manhã)

Quadro C.2 – Informações operacionais do Módulo 1

Carga horária	4 horas (exemplo: 8h às 12h)
Configuração do espaço	Mesas em U ou ilhas — nunca auditório. Facilitar visão entre participantes.
Materiais	Fichas de reflexão individual, post-its, papel kraft, canetas coloridas, crachás

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Quadro C.3 – Roteiro do Módulo 1

Tempo	Atividade e instrução para o facilitador
0'–15'	Boas-vindas da coordenação. Apresentação do programa, regras de convivência (confidencialidade, escuta ativa, não julgamento) e agenda dos dois dias de imersão.
15'–45'	Dinâmica – Linha do tempo pessoal. Cada participante recebe papel kraft e caneta. Instrução: 'Desenhe sua trajetória de vida marcando os momentos em que você quis — ou deveria ter — ocupado um espaço de poder e não ocupou; e os momentos em que ocupou.' Trabalho individual em silêncio (15 min). Compartilhamento em duplas (15 min).
45'–75'	Exposição dialogada. Facilitador(a) apresenta os conceitos de identidade de liderança, propósito político e narrativa pessoal,

	conectando ao que foi compartilhado pelas duplas. Duração máxima: 30 minutos — preservar espaço para fala do grupo.
75'–105'	Dinâmica – Pitch político. Cada participante apresenta em 2 minutos: 'Quem sou, de onde venho e por que estou aqui.' Sem preparação prévia. Feedback sintético da facilitação após cada apresentação.
105'–135'	Exposição e discussão. Barreiras simbólicas e síndrome do impostor na política. Perguntar ao grupo: 'Que vozes internas já te fizeram recuar?' O facilitador(a) sistematiza as respostas no flip chart.
135'–165'	Trabalho individual. Cada participante inicia a ficha 'Meu propósito político': (1) Qual problema concreto, no meu território, quero resolver com poder político? (2) Por que eu, especificamente? (3) O que me custará entrar na política — e vale o custo?
165'–180'	Encerramento do módulo. Sistematização dos temas emergentes. Anuncia o Módulo 2 e a pausa de 15 minutos.

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Nota: *A ficha 'Meu propósito político' preenchida neste módulo é retomada pela mentora na Mentoria 1. Garantir que todas as participantes a entreguem à coordenação antes do encerramento da imersão.*

Módulo 2 – Sistema Político Brasileiro e Legislação Eleitoral (Dia 1, Tarde)

Quadro C.4 – Informações operacionais do Módulo 2

Carga horária	4 horas (exemplo: 14h às 18h)
Materiais	Slides com dados do TSE, planilha de cálculo de coeficiente eleitoral, trechos impressos da Lei nº 9.504/1997 e da EC nº 117/2022

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Quadro C.5 – Roteiro do Módulo 2

Tempo	**Atividade e instrução para o facilitador**
0'–20'	Exposição. Arquitetura do sistema político brasileiro. Antes de iniciar, perguntar ao grupo: 'Quem já sabe qual cargo quer disputar?' — mapear para personalizar os exemplos ao longo do módulo.

20'–60'	Exposição e prática. Sistema proporcional de lista aberta e cálculo do quociente eleitoral. Em grupos de quatro, cada grupo recebe dados reais de uma eleição recente e calcula quantos votos seriam necessários para eleger uma candidata. Compartilhamento em plenária.
60'–100'	Exposição e discussão. Legislação eleitoral: Lei das Cotas, EC 117/2022, Lei nº 14.192/2021. Para cada marco, perguntar: 'O que mudou na prática? O que ainda não mudou?'
100'–130'	Exposição. Partidos políticos por dentro: estrutura, filiação, recrutamento e dinâmicas informais de seleção de candidaturas.
130'–155'	Trabalho individual. Cada participante preenche a ficha 'Meu mapa eleitoral': cargo pretendido, território, eleição, partido de interesse, recursos mínimos necessários e um obstáculo principal.
155'–170'	Encerramento. Sistematização e transição para o jantar de integração.

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Módulo 3 – Comunicação Política e Narrativa Pública (Dia 2, Manhã)

Quadro C.6 – Informações operacionais do Módulo 3

Carga horária	4 horas (exemplo: 8h às 12h)
Materiais	Câmera ou celular para registro com consentimento, fichas de feedback estruturado

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Quadro C.7 – Roteiro do Módulo 3

Tempo	**Atividade e instrução para o facilitador**
0'–30'	Exposição. Fundamentos da comunicação política para mulheres. Trazer exemplos reais de pesquisas sobre a diferença na avaliação pública de candidatas e candidatos.
30'–75'	Prática 1 – Construção da narrativa. Cada participante escreve sua narrativa em três partes: (a) quem sou e de onde venho — 30 segundos; (b) o que vi que precisa mudar — 30 segundos; (c) o que farei — 30 segundos. Individual (15 min) > dupla (15 min) > ajustes (15 min).

75'–120'	Prática 2 – Pitch gravado. Cada participante apresenta a narrativa de 90 segundos ao grupo. Feedback estruturado: 'O que ficou claro; o que não ficou; qual foi a frase mais forte.' A gravação é devolvida individualmente — não é compartilhada com o grupo.
120'–150'	Exposição e discussão. Comunicação digital para candidatas. Guia de Segurança do TSE/Instagram. Violência política online: experiências do grupo.
150'–165'	Encerramento. Entrega da lista de verificação da narrativa política para revisão individual.

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Nota: *A gravação do pitch é o momento de maior vulnerabilidade da imersão. Reforçar os combinados de confidencialidade antes de iniciar. Participantes que não desejarem ser gravadas devem ter essa opção respeitada sem qualquer constrangimento.*

Módulo 4 – Planejamento e Gestão de Campanhas Eleitorais (Dia 2, Tarde)

Quadro C.8 – Informações operacionais do Módulo 4

Carga horária	4 horas (exemplo: 14h às 18h, incluindo pareamento ao final)
Materiais	Canvas de plano de campanha impresso, dados do TSE sobre financiamento eleitoral feminino

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Quadro C.9 – Roteiro do Módulo 4

Tempo	**Atividade e instrução para o facilitador**
0'–30'	Exposição. Anatomia de uma campanha eleitoral. Antes de apresentar os dados, perguntar: 'Quanto vocês acham que custa uma campanha para vereadora na cidade de vocês?' Registrar as estimativas antes de revelar os dados reais.
30'–70'	Exposição e dados. Financiamento eleitoral feminino: dados reais sobre a diferença de recursos entre candidaturas masculinas e femininas. Fontes disponíveis: Fundo Eleitoral, doações e financiamento coletivo.
70'–130'	Workshop – Canvas de plano de campanha. Em grupos por região, as participantes preenchem um canvas simplificado para um cargo

	municipal no território de uma das integrantes. Apresentação de 3 minutos por grupo. Feedback coletivo.
130'–160'	Trabalho individual. Cada participante adapta o canvas à sua realidade — cargo, território e eleição de interesse. Este material alimenta a Mentoria 1.
160'–180'	Encerramento do Módulo 4 e transição para o pareamento.

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Pareamento Mentoras/Mentoradas e Briefing da Mentoria 1

Quadro C.10 – Roteiro do pareamento

Tempo	Atividade
0'–15'	Coordenação apresenta cada dupla formalmente ao grupo: nome da mentora, cargo atual; nome da mentorada, cidade e estado de origem.
15'–35'	Cada dupla tem 10 minutos de conversa privada — primeiro encontro formal entre mentora e mentorada.
35'–45'	Coordenação entrega o kit da Mentoria 1: ficha de propósito político, mapa eleitoral e canvas de campanha preenchidos na imersão, mais o roteiro sugerido para a sessão. Combinados: prazo máximo para a Mentoria 1 (até 15 dias) e prazo para envio do Plano de Ação Individual à coordenação (até 5 dias após a mentoria).

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Nota: *A coordenação deve contatar cada dupla sete dias após a imersão para confirmar que a Mentoria 1 foi agendada. Caso alguma dupla não tenha estabelecido contato até esse prazo, acionar imediatamente para verificar a situação.*

C.3 ETAPA 3 – FORMAÇÃO CONTINUADA E MENTORIA · MESES 3, 4 E 5

Quadro C.11 – Estrutura mensal padrão da Etapa 3

Momento	Formato	Objetivo
Encontro coletivo	Online — 4 horas — todo o grupo	Formação temática progressiva e revisão coletiva do Plano de Trajetória

Mentoria individual	Online — 1h30 — dupla mentora/mentorada	Orientação estratégica personalizada ao plano individual de cada participante

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Nota: *Os encontros coletivos devem acontecer na mesma plataforma e, preferencialmente, no mesmo dia e horário a cada mês. A regularidade reduz o custo cognitivo de participação para mulheres com múltiplas responsabilidades.*

Mês 3 – Planejamento de Trajetória Política

Quadro C.12 – Roteiro do encontro coletivo do Mês 3

Tempo	Atividade e instrução para o facilitador
0'–15'	Abertura e check-in. Pergunta: 'Uma palavra sobre como você chegou hoje.' Roda rápida — cria pertencimento e fornece sinal imediato sobre o estado emocional do grupo.
15'–75'	Exposição e casos. Trajetórias políticas femininas no Brasil. Apresentar três trajetórias reais (gestora pública que se candidatou, liderança comunitária eleita para o legislativo, mulher de movimento social que ingressou no executivo). Análise coletiva: o que essas trajetórias têm em comum? O que as diferencia?
75'–120'	Prática. Análise de contexto político. Em grupos por região, as participantes mapeiam o cenário político do território de interesse: atores-chave, oportunidades de entrada e riscos. Compartilhamento em plenária.
120'–165'	Trabalho individual. Início estruturado do Plano de Trajetória Política: objetivo de longo prazo, três marcos de seis meses e três ações para os próximos 30 dias. Enviar à coordenação e à mentora em até 48 horas.
165'–180'	Encerramento. Sistematização dos padrões emergentes. Briefing da mentoria do mês: aprofundar o plano de trajetória iniciado neste encontro.

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Orientações para a mentoria do Mês 3 (1h30 — individual):

– Retomar o Plano de Ação Individual da Mentoria 1: o que avançou, o que não avançou.

- Iniciar colaborativamente o Plano de Trajetória Política: validar o objetivo de longo prazo.
- Identificar as primeiras ações concretas de inserção política no território.
- Mapear obstáculos específicos da participante — não os genéricos, mas os da sua situação concreta.

Mês 4 – Inserção Partidária e Construção de Redes

Quadro C.13 – Roteiro do encontro coletivo do Mês 4

Tempo	Atividade e instrução para o facilitador
0'–15'	Abertura e check-in. Pergunta: 'Uma ação que você tomou no mês passado em direção ao seu objetivo político.' Celebrar o que foi feito — criar evidência de movimento.
15'–60'	Exposição e depoimento. Partidos políticos por dentro. Apresentação técnica seguida de depoimento de uma mulher que passou pelo processo de filiação e seleção de candidatura — pode ser uma das mentoras ou convidada externa. Perguntas livres ao final.
60'–105'	Oficina. Mapeamento de rede política. Cada participante preenche o mapa de rede em círculos concêntricos: aliados consolidados, conhecidos a ativar, atores a conquistar. Individual (20 min) > dupla (15 min) > plenária (10 min).
105'–145'	Role play. Negociação com liderança partidária. Em duplas, uma participante apresenta sua candidatura; a outra representa a liderança partidária. Trocar os papéis. Discussão coletiva sobre o que foi difícil e o que funcionou.
145'–170'	Trabalho individual. Atualização do Plano de Trajetória — seção de rede e inserção partidária: quem acionar este mês, como e com qual objetivo.
170'–180'	Encerramento. Briefing da mentoria do mês: foco na estratégia específica de inserção no território e na rede individual de cada participante.

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Orientações para a mentoria do Mês 4 (1h30 — individual):

- Revisar o que foi feito desde a última mentoria — verificar as ações comprometidas.

- Trabalhar a estratégia específica de inserção partidária no território da participante.
- Ampliar o mapeamento de rede: a mentora pode realizar alguma introdução este mês?
- Revisar e aprofundar o Plano de Trajetória — seção de rede e inserção.

Mês 5 – Consolidação do Plano e Preparação para o Encerramento

Quadro C.14 – Roteiro do encontro coletivo do Mês 5

Tempo	Atividade e instrução para o facilitador
0'–15'	Abertura e check-in. Pergunta: 'O que mudou em você nesses cinco meses?' Este check-in tem função de síntese — esteja preparado(a) para emoções. Isso é parte do processo.
15'–60'	Exposição e prática. Formulação de políticas públicas com perspectiva de gênero. Ciclo de políticas acessível. Cada participante identifica a primeira política pública do seu eventual mandato e explica em 1 minuto para o grupo.
60'–90'	Exposição. Plataforma política: definição e diferença em relação ao programa de governo. Como comunicar propostas para diferentes públicos.
90'–145'	Trabalho individual. Finalização do Plano de Trajetória Política. Cada participante completa as seções ainda abertas. Enviar à mentora e à coordenação até cinco dias antes do evento de encerramento.
145'–165'	Prática. Simulação da apresentação do plano: cada participante tem 3 minutos para apresentar título, objetivo político e primeira proposta. Feedback da facilitação e do grupo — preparação para o encerramento.
165'–180'	Encerramento. Briefing da mentoria do mês: revisão final do plano com a mentora e preparação emocional para o evento de encerramento.

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Orientações para a mentoria do Mês 5 (1h30 — individual):

- Revisão final do Plano de Trajetória Política e validação com a mentora antes da entrega definitiva.
- Preparação para a apresentação no encerramento: ensaio e ajuste de narrativa.

- Reflexão sobre os cinco meses: o que a participante aprendeu sobre si mesma e sobre a política.
- Definição dos próximos passos após o programa: o que acontece nos 30, 60 e 90 dias seguintes.

C.4 ALERTAS OPERACIONAIS GERAIS

a) Gestão do tempo e cuidado. Todos os encontros online devem iniciar e encerrar no horário exato combinado. Participantes com responsabilidades de cuidado organizam suas jornadas em torno do horário prometido. Atrasos ou extensões não comunicadas têm custo real para elas.

b) Confidencialidade. O que é compartilhado nas dinâmicas, mentorias e encontros coletivos é confidencial. Esse compromisso deve ser reforçado no início de cada encontro. Facilitadores e mentoras assinarão termo de confidencialidade antes do início do programa.

c) Diversidade e interseccionalidade. Os exemplos e casos utilizados em todos os módulos devem refletir diversidade racial, regional e socioeconômica. O grupo é diverso — os exemplos precisam ser também.

d) Sinais de alerta. Se uma participante apresentar sinais de desengajamento — ausências, silêncio persistente nos encontros ou não resposta às mentorias — a coordenação deve acionar a mentora para uma conversa individualizada antes do próximo encontro coletivo.